



EDITAL SEI Nº 29901078/2026 - SAP.LCT

Joinville, 22 de junho de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 201/2026

PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL Nº 90201/2026

O Município de Joinville, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Centro, Joinville/SC – CEP: 89.221-005, por intermédio da Unidade de Licitações da Secretaria de Administração e Planejamento, inscrita no CNPJ sob nº 83.169.623/0001-10, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com modo de disputa aberto, cujo critério de julgamento será o de **Menor Preço Unitário**, para o **Registro de Preços**, visando a futura e eventual Aquisição de Materiais Gerais de Uso Hospitalar, conforme especificações deste edital e seus anexos, a ser regida pela Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006,, Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.185, de 18 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Pregão:

Anexo I - Quadro de Quantitativo e Especificações Mínimas do(s) Item(ns), e Valores Estimados/Máximos;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Minuta da Ata de Registros de Preços;

Anexo IV - Minuta do Contrato;

Anexo V - Minuta da Autorização de Fornecimento (AF);

Anexo VI - Termo de Referência; e

Anexo VII - Estudo Técnico Preliminar.

Anexo VIII - Modelo de Entrega de Amostras

1 - DA LICITAÇÃO

1.1 - Do Objeto do Pregão

1.1.1 - A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços, visando a futura e eventual Aquisição de Materiais Gerais de Uso Hospitalar, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos Anexos I e VI, e nas condições previstas neste Edital.

1.1.2 - O valor estimado total para a aquisição do objeto deste pregão é de R\$ 712.904,40 (setecentos e doze mil novecentos e quatro reais e quarenta centavos), conforme disposto no Anexo I deste Edital.

1.2 - Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br, UASG 453230

1.3 - Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.4 - Data e horário limites para cadastro de propostas e início da sessão pública: 10/07/2026 até às 08:30 horas.

1.5 - Modo de disputa: Aberto, nos termos do art. 56, inciso I da Lei Federal 14.133/21.

1.6 - Da Execução da Licitação: A Unidade de Licitações, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Secretaria da Saúde e Hospital Municipal São José.

1.7 - Em caso de discordância existente entre as quantidades e especificações do objeto descritas no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, com as quantidades e especificações constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 - A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem as exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 - Para a participação de empresas em consórcio deverão ser observadas as seguintes normas:

3.2.1- comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

3.2.2- indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

3.2.3 - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

3.2.4 - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

3.2.5 - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato

3.3 - Não será admitida a participação de proponente:

3.3.1 - Em falência;

3.3.2 - Em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.3.2.1 - É permitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório.

3.3.3 - Punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.3.4 - Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, com qualquer órgão PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL;

3.3.5 - Que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6 - Cujo objeto social não seja pertinente e compatível ao objeto licitado;

3.3.7 - Conforme disposto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

4 - DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

4.1 - O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, em conformidade com a Instrução Normativa [SEGES/ME nº 03. de 2018](#).

4.2 - Para participação no Pregão, o proponente deverá assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, todas as declarações disponíveis, sendo facultada apenas a opção relativa aos requisitos de enquadramento na Lei 123, de 2006 e a participação como Cooperativa.

4.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.3 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

5 - DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

5.1 - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.gov.br/compras/pt-br, observando a data e o horário limite estabelecido no item 1 deste Edital para cadastro da proposta.

5.2 - Poderão participar deste Pregão proponente cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.3 - Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 - No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 - Os proponentes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2 – Ao cadastrar sua proposta pelo sistema eletrônico o proponente deverá postar apenas o VALOR UNITÁRIO.

6.3 - O cadastro da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.

6.4 - O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5 - Quanto ao valor da proposta cadastrada eletronicamente, todas entrarão na disputa de lance, porém somente será classificado o valor da proposta que estiver dentro do valor estimado/máximo.

6.6 - O proponente deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1 - valor unitário do item.

6.7 - É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

6.7.1 - A quantidade mínima a ser cotada é a determinada no Anexo I do edital.

6.8 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.9 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11 - Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.12 - Até a abertura da sessão pública, os proponentes poderão excluir ou alterar a proposta anteriormente cadastrada no sistema.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - O modo de disputa se dará na forma prevista no subitem 1.5 do edital.

7.2 - A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo *site* já indicado no item 1 deste Edital.

7.3 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances é de R\$ 0,01 (um centavo)

7.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.

7.5 - Após o encerramento da etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06. Nesse caso, o pregoeiro convocará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontra em situação de empate informando que a mesma deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance como arrematante.

7.5.1 - Não passando para a condição de arrematante a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.5.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.5.3 - O disposto no subitem 7.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8 - DA FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 - A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado, contendo identificação do proponente, endereço, telefone e e-mail.

8.2 - Após a fase de lances, a proposta atualizada deverá ser enviada no prazo máximo de **até 02 (duas) horas** após a convocação do pregoeiro.

8.2.1 - Para fins de cumprimento do prazo máximo estabelecido neste item será considerado o horário de expediente do setor de licitações das 08:00 às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

8.3 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do proponente devidamente identificado.

8.4 - A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo II deste Edital e deverá conter, sob pena de desclassificação:

8.4.1 - a identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes nos Anexos do presente Edital;

8.4.2 - o preço unitário e preço total cotados em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais após a vírgula;

8.4.3 - o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data limite para apresentação da proposta, após convocação do Pregoeiro.

8.4.4 - a identificação da marca do objeto ofertado;

8.5 - O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao do item do Anexo I deste Edital, com suas respectivas quantidades.

8.6 - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

8.7 - Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

8.7.1 - É vedada a cotação de preços diferenciados em razão de local de entrega ou em razão da forma e do local de acondicionamento ou qualquer outro motivo.

8.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

8.9 - Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

8.10 - A empresa deverá apresentar junto com a Proposta atualizada:

8.10.1 - Certificado de Registro de Produtos emitidos pela ANVISA, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Identificar/destacar nos documentos apresentados (nome, marca, modelo, validade do registro).

8.10.1.1 - Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado.

8.10.1.2 - Serão aceitos Protocolos de Renovação do Certificado de Registro de Produtos, desde que tenham sido datados e protocolados no mínimo 6 (seis) meses antes do vencimento e acompanhados do Certificado de Registro de Produtos antigos, para a devida comprovação, de acordo com legislação vigente.

8.10.2 - Para todos os itens, a proponente deverá apresentar juntamente às propostas uma das seguintes opções, a fim de possibilitar a análise técnica:

a) Prospecto: Devidamente identificado, com informações técnicas, contendo marca e modelo do produto. Se o item for importado, o prospecto deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa por tradutor oficial.

b) Ficha Técnica: Desde que possua além da descrição técnica, imagem do produto ofertado. Caso o item seja importado, a ficha técnica deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa por tradutor oficial.

c) Imagem de Site (print de tela): De mídia especializada ou sítios eletrônicos especializados, desde que nesta, estejam contidas todas as informações para a análise do produto ofertado pela equipe técnica. As informações devem estar em português e deve ser informado o link para acesso e conferência pela equipe técnica em caso de necessidade.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DO PRAZO DE ENVIO

9.1 - Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

9.1.1 - Para fins de cumprimento do prazo máximo estabelecido neste item será considerado o horário de expediente do setor de licitações das 08:00 às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

9.2 - Serão aceitos comprovantes obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo Pregoeiro, na fase de habilitação.

9.3 - Deverão ser apresentadas Certidões Negativas ou Positivas com efeito de negativa;

9.4 - Para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº 123/06, o proponente deverá comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através de declaração em campo próprio do sistema, no momento do cadastro da proposta, nos termos do subitem 4.2 deste edital.

9.5 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.6 - A documentação para fins de habilitação é constituída de:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;

e) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

f) Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;

g) Certificado de Regularidade do FGTS;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

i) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

j) Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, de fornecimento de produto compatível com o(s) item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Para fins de comprovação o atestado deverá conter descritivo do(s) item(ns) e quantidade;

j.1) Para comprovação do requisito previsto na alínea “l”, o proponente poderá juntar à sua habilitação documento hábil a comprovar as informações, como contrato de fornecimento a que se refere o atestado, notas fiscais ou outros documentos que eventualmente possam demonstrar com precisão maiores especificações das informações.

k) Cópia do Alvará Sanitário, (Estadual ou Municipal, decreto nº 8.077 de 2013).

k.1) Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado.

l) Cópia da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela ANVISA.

l.1) Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado.

9.7 - Os comprovantes exigidos, quando for o caso, que não constem vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

9.8 - Sob pena de inabilitação, nos documentos a que se refere o subitem 9.6 deste edital deverão constar o nome/razão social do proponente, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que se o proponente for:

a) matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, com exceção dos documentos conjuntos ou consolidados, desde que devidamente comprovada a centralização;

c) a matriz, e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente, com exceção dos documentos conjuntos ou consolidados, desde que devidamente comprovada a centralização.

9.9 - O proponente poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que apresente comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e a certidão em que consta o CNPJ da entidade centralizadora.

9.10 - A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10.1 - A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

10.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

10.2 - A licitação será processada e julgada em consonância com a legislação constante no preâmbulo deste Edital e com os procedimentos previstos na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores.

10.2.1 - A obtenção de benefícios previstos dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

10.2.1.1 - Para observância do limite citado no subitem 10.2.1, será exigido do licitante, na fase em que for utilizado o benefício, declaração de observância desse limite na licitação.

10.3 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

10.3.1 - O proponente deverá se manifestar até o prazo para apresentação da proposta, nos termos do subitem 8.2 do edital.

10.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5 - O Pregoeiro irá decidir sobre a aceitação da proposta, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital, e verificará a habilitação do proponente.

10.6 - Após encerrada a etapa competitiva, e verificada a ausência da proposta de preços e dos documentos de habilitação, conforme os subitens 8.2 e 9.1, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 26 do Edital.

10.7 - Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro convocará a proposta e os documentos de habilitação das empresas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

10.8 - O representante legal do proponente que subscrever os documentos apresentados deve estar devidamente identificado no processo, apresentando documento de identidade.

10.8.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

10.9 - Serão desclassificadas as propostas:

a) que não atenderem às especificações/descrição do objeto desta licitação;

- b) que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;
- c) que conflitem com a legislação em vigor;
- d) que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos nos itens 6 ou 8 deste Edital;
- e) com valores unitários ou globais superiores ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ser demonstrado sua exequibilidade quando exigido pela Administração.
- f) tiverem suas amostras reprovadas.
- g) que não apresente as amostras no local e horários estabelecidos.

10.10 - Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 26 deste Edital. Neste caso, o Pregoeiro convocará as propostas e documentos de habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

10.11 - Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

10.12 - No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

10.13 - O Pregoeiro poderá durante a sessão verificar a regularidade dos documentos disponíveis para consulta on-line exigidos no subitem 9.6, que não forem previamente apresentada(s) pelo(s) proponente(s) ou que forem apresentados vencidos ou positivos.

10.13.1 - No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou ter (em) apresentado com restrição.

11 - DAS AMOSTRAS

11.1 - Será convocado pelo Pregoeiro, o proponente classificado e habilitado para o lote/item para apresentar obrigatoriamente amostras de cada item, de acordo com o exigido no Anexo I e observadas as especificações do Anexo VI do Edital, para efeito de controle de qualidade e aprovação, conforme quadro abaixo:

ITE M	CÓD IGO	DENOMINAÇÃO	UNIDA DE	QTD AMOSTR A
1	46683	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 13 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	UNIDA DE	2
2	46684	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 20 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	UNIDA DE	2
3	46819	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 3 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	UNIDA DE	2
4	46682	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	UNIDA DE	2
5	46681	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 20 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	UNIDA DE	2
6	46679	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	UNIDA DE	2
7	46680	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 13 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	UNIDA DE	2

11.2 - As amostras deverão ser os próprios produtos a serem comercializados (marca, peso, embalagem), devendo estar identificadas com o nome da empresa proponente, edital e item a que se refere a amostra.

11.3 - As amostras deverão ser entregues no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação do Pregoeiro, que se dará após a fase de habilitação.

11.4 - As amostras deverão ser entregues no Setor de Padronização de Materiais da Secretaria Municipal da Saúde, Rua Doutor João Colin, 2719, Bairro Santo Antônio - Joinville/SC - CEP: 89218-035. A entrega dos produtos ocorrerá somente em dias úteis, de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 08:00 às 17:00.

11.5 - As amostras deverão estar acompanhadas de Relação de Amostras - Anexo VIII, contendo o nome da empresa proponente, número do edital, produto, marca, lote e item a que se refere a amostra e estar assinada pelo representante da empresa.

11.5.1 - A Relação de Amostras deverá ser apresentada em 02 (duas) vias iguais, as quais serão protocoladas no momento da entrega das amostras, 01 (uma) via ficará com as amostras, e será anexada ao processo licitatório de forma eletrônica, e 01 (uma) via ficará com o fornecedor.

11.6 - Será desclassificado o proponente, caso apresente amostra fora das especificações técnicas previstas nos Anexos I e VI deste Edital, ou que não apresente as amostras no local e horários estabelecidos pelo Pregoeiro, estando sujeito às penalidades previstas.

11.7 - As amostras ficarão em poder da Secretaria da Saúde até a homologação do item/lote/processo o qual se destina.

11.7.1 - As amostras apresentadas, que não forem consumidas/eliminadas para a realização da análise, poderão ser retiradas pelo proponente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após a homologação da licitação ou do item/lote, no caso de homologação parcial, no mesmo local da entrega. Após este período, se as amostras não forem retiradas, não mais serão devolvidas.

11.8 - A Administração poderá dispensar a apresentação de amostras mediante fato devidamente fundamentado, sendo essa dispensa registrada em ata pelo Pregoeiro.

11.9 - As amostras apresentadas serão analisadas seguindo os critérios definidos através do Anexo VI - Termo de Referência.

12 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Qualquer pessoa poderá, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, impugnar os termos do Edital do Pregão.

12.1.1 - As impugnações deverão ser protocolizadas através do e-mail sap.lct@joinville.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado, até o vencimento do prazo, acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração.

12.2 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

12.3 - Caberá a autoridade superior, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre as eventuais impugnações.

12.4 - Acolhida a impugnação contra o presente Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

12.5 - As respostas às impugnações serão disponibilizadas no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contados da data de recebimento da impugnação e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br.

12.6 - Do Recurso

12.6.1 - A manifestação da intenção de recorrer, se dará no prazo de 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas, e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.6.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação.

12.6.3 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1 - A adjudicação e a homologação será realizada pela autoridade competente.

14 - DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - O Sistema de Registro de Preços (SRP) é conjunto de procedimentos para realização, mediante licitação, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

14.2 - A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação e nas propostas apresentadas.

14.3 - Órgão Gerenciador ou Entidade Gerenciadora é o órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.

14.4 - Órgão Participante ou Entidade Participante é órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços.

14.5 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.6 - Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, serão convocados os interessados para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).**

14.6.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(es) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

14.6.2 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

14.7 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil.

15 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e aos preços propostos.

15.2 - No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021, serão convocados os licitantes ou fornecedores do cadastro de reserva.

16 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso.

16.1.1 - Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

17 - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133 de 2021.

17.2 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

17.2.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

17.2.2 - Na hipótese prevista no subitem 17.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

17.2.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

17.2.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.3 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

17.3.1 - Para fins do disposto no subitem 17.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

17.3.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

17.3.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 17.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

17.3.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no subitem 18.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

17.3.5 - Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 17.3 e 17.3.1 o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

17.3.5.1 - Para fins do disposto no subitem 17.3.5, na hipótese de desequilíbrio, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF deverá consultar os fornecedores constantes no Cadastro de Reserva, se houver, como forma de comprovação da compatibilidade com os preços praticados no mercado.

17.3.6 - O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

18 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 17.3.2; ou;
- d) sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

18.1.1 - Na hipótese prevista na letra "d", caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.1.2 - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no subitem 18.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

18.1.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.2 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 17.

19 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1 - O Cadastro de Reserva, será composto por:

- a) licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a ordem de classificação na licitação; e
- b) licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original;

19.1.1 - O registro a que se refere o subitem 19.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

19.1.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea "a" do subitem 19.1 antecederão aqueles de que trata a alínea "b" do referido subitem.

19.2 - O Cadastro de Reserva não obriga a administração à contratação.

19.3 - Os fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva estão vinculados as cláusulas da Ata de Registro de Preços.

20 - DA UTILIZAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1 - Caso o licitante classificado em primeiro lugar não assine a Ata de Registro de Preços ou não apresente situação regular no ato da assinatura, bem como na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, será examinado o Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação do certame.

20.1.1 - Nos casos de Ata de Registro de Preços formalizada, o Cadastro de Reserva será examinado somente após o cancelamento da mesma.

20.2 - O Pregoeiro procederá a análise dos documentos e proposta de preços atualizados dos licitantes que manifestaram interesse no Cadastro de Reserva.

20.2.1 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

20.2.2 - No caso de apresentação de amostras, a mesma se dará nos termos já definidos no edital.

20.2.3 - A convocação para apresentação da proposta de preços e dos documentos de habilitação observará as regras do Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet.

21 - DA CONTRATAÇÃO

21.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Contratante.

21.2 - Convocação para assinatura eletrônica do contrato:

21.2.1 - Os fornecedores registrados serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

21.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

21.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

21.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

21.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

21.4 - Para assinatura eletrônica do contrato o vencedor deverá apresentar:

21.4.1 - Certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente, e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

21.4.2 - Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado, caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente.

21.4.3 - Em caso de consórcio, o licitante vencedor é obrigado a promover, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

22 - DA ASSINATURA ELETRÔNICA

22.1 - A assinatura do contrato e demais documentos vinculados a este instrumento, será realizada eletronicamente, mediante login e senha, devendo o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

22.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

22.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto Municipal

nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

22.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.

23 - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

23.1 - A vigência do futuro contrato deverá observar o tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à disponibilidade de créditos orçamentários, sendo estabelecida no termo contratual.

23.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada em até 10 (dez) dias úteis, após cada solicitação.

23.2.1 - No caso de expedição de Autorização de Fornecimento (AF), a forma de entrega será única e em até 10 (dez) dias úteis, a partir da data da solicitação.

23.3 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 02/03/2026.

23.4 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

23.5 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.6 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

23.7 - O local para entrega será:

a) Para a Secretaria Municipal de Saúde | Centro Integrado de Armazenamento e Distribuição (CIAD BRANET): Endereço: Rua dos Bororós, 502, Bloco 1, Bairro Zona Industrial Norte - Joinville/SC - CEP: 89.239-290. Horário de entrega: 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30, segunda a quinta feira, exceto feriados e pontos facultativos, mediante agendamento. É obrigatório agendamento prévio realizado exclusivamente através do e-mail : ciad.joinville@branetlogistica.com.br.

b) Para o Hospital Municipal São José (CAME HMSJ): Endereço: Rua Doutor Plácido Gomes, 408, Bairro Anita Garibaldi - Joinville/SC - CEP: 89202-050. Horário de entrega: 08:00 às 16:00, segunda a sexta feira, exceto feriados e pontos facultativos. E-mail: hmsj.sup.came@joinville.sc.gov.br. Telefone: (47) 3441-6697.

23.8 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

24 - DA GESTÃO DO CONTRATO

24.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria da Saúde e pelo Hospital Municipal São José sendo essa responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

24.2 - O ordenador da despesa será o Fundo Municipal de Saúde e o Hospital Municipal São José.

25 - DO PAGAMENTO DOS BENS CONTRATADOS

25.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

25.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

25.1.2 - O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

25.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

25.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

25.4 - O pagamento será efetuado em até 45 (quarenta e cinco) dias após a certificação da Nota Fiscal, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

25.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

26 - DAS SANÇÕES

26.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao PROPONENTE são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Edital de Licitação e no respectivo Contrato, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021.

26.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao PROPONENTE, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5% sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do item 26.3 do Edital;

b) De até 10% sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento da conduta prevista na alínea "c" do item 26.3 do Edital;

c) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "e", "f", "g", "h" e "i" do item 26.3 do Edital;

II) Impedimento de licitar e contratar, com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

III) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

26.3 - O PROPONENTE será responsabilizado administrativamente, pelo cometimento das seguintes infrações:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, quando devidamente convocado, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e comprovado;

c) não celebrar Ata de Registro de Preços e/ou contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) ensejar o retardamento do certame, sem motivo justificado;

e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

f) fraudar a licitação;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

26.3.1 - Constituem comportamentos que serão enquadrados na alínea "a" do item 26.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

26.3.2 - Constituem comportamentos que serão enquadrados na alínea "b" do item 26.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de Contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

26.3.3 - Considera-se a conduta da alínea "f" do item 26.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura Municipal de Joinville, com exceção da conduta disposta na alínea "e" do item 26.3.

26.3.4 - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 26.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, em especial agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra deteriorada ou falsificada, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação.

26.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

26.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o PROPONENTE tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade Gestora ao PROPONENTE, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da cientificação.

26.6 - Nas sanções previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do PROPONENTE, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

26.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do PROPONENTE e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

26.8 - Nenhum pagamento será realizado ao PROPONENTE enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção.

26.9 - O montante de multas aplicadas ao PROPONENTE não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da proposta.

26.10 - As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, quando convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

26.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

27 - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

27.1 - Os itens na entrega serão recebidos, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo VI, da seguinte forma:

27.1.1 - Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento.

27.1.2 - Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados após o recebimento provisório, a contratante realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme

quantidade solicitada e consoante as especificações do presente documento.

27.1.3 - Na hipótese de verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

27.1.4 - O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação.

27.1.5 - Se a contratante constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no Anexo VI - Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a contratada deverá providenciar no prazo de 10 (dez) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei

28 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, pelo e-mail: sap.lct@joinville.sc.gov.br, conforme estabelece o art. 164 da Lei Federal 14.133/21.

28.1.1 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contado da data de recebimento do pedido, e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br.

28.2 - Os pedidos de vistas acerca da presente licitação para os participantes do processo deverão ser realizados pelo e-mail sap.lct@joinville.sc.gov.br.

28.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64, da Lei n° 14.133/21.

28.3.1 - Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o proponente será convocado a encaminhá-los, via sistema, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, conforme estabelecido pelo Pregoeiro no momento da convocação.

28.3.2 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

28.4 - O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo art 125 da Lei n° 14.133/21.

28.5 - A Secretaria de Administração e Planejamento poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

28.6 - O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela Administração antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art.55, § 1º, da Lei 14.133/21, bem como adiar ou prorrogar o prazo para cadastro e/ou a abertura das Propostas.

28.7 - Ficam vinculados a este Edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência.

28.8 - Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da Lei de Licitações, as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor – Lei n° 8.078/90, inclusive no que concerne a garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

28.9 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

28.10 - A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

28.11 - É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

28.12 - Todas as informações/alterações relativas ao presente certame serão postadas nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento.

ANEXO I

Quadro de Quantitativos e Especificações Mínimas do(s) Item(ns) e Valores Estimados/Máximos:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	46683 - CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 13 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 13 L, SER DE COR AMARELA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (INFECTANTE), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE	UN	2.800	4,02	11.256,00

	PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.				
2	46684 - CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 20 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 20 L, SER DE COR AMARELA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (INFECTANTE), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.	UN	16.100	6,42	103.362,00
3	46819 - CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 3 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E NBR 7864:2010 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA	UN	5.700	2,10	11.970,00

	<p>PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 3 L, SER DE COR AMARELA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (INFECTANTE), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.</p>				
4	<p>46682 - CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS;</p>	UN	1.000	3,38	3.380,00

	<p>TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 7L, SER DE COR AMARELA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (INFECTANTE), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.</p>				
5	<p>46681 - CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 20 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 20L, SER DE COR LARANJA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (QUÍMICO), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES</p>	UN	15.300	12,00	183.600,00

	VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.				
6	46679 - CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 7 L, SER DE COR LARANJA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (QUÍMICO), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.	UN	1.000	4,82	4.820,00
7	46680 - CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO	UN	5.500	5,50	30.250,00

	<p>OU CORTANTES, 13 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 13 L, SER DE COR LARANJA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (QUÍMICO), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.</p>				
8	910426 - CANETA PARA MARCAR PELE/VARIZES CANETA PARA MARCAR PELE/VARIZES, DE USO PERMANENTE COM SECAGEM INSTANTANEA E A PROVA DE AGUA, TRAÇO FINO, COR PRETA, NÃO ESTERIL.	Pç.	1.400	6,55	9.170,00
9	14595 - COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO Cobertura/invólucro de óbito, medindo entre 90cm a 1,10m X 2,10m a 2,20m, em lona plástica de polietileno especial de baixa densidade, alta resistência, formato retangular, fechamento com zíper, etiqueta de identificação do corpo, com 230 a 250 micras de espessura e tensão de 180kg/cm, na cor cinza, descartável.	Pç.	2.230	9,50	21.185,00
10	13464 - COLCHÃO PIRAMIDAL TIPO CAIXA DE OVO, 188 CM X 80 CM X 4 CM (COMP X LARG X	Pç.	1.600	60,44	96.704,00

	ALT) COLCHÃO PIRAMIDAL TIPO CAIXA DE OVO PARA USO HOSPITALAR, DENSIDADE 33, EM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO, COR CLARA, DIMENSÕES: 188CM COMPRIMENTO 80 CM DE LARGURA, COM PIRAMIDE DE NO MINIMO 04 CM DE ALTURA. (DA BASE ATE A PONTA) , EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E REFERENCIA DA DENSIDADE DO COLCHÃO.				
11	18800 - COLETOR PARA RESÍDUO INFECTANTE PERFURO CORTANTE RÍGIDO 7 L CONFECCIONADO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENTE DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 7 L. COR AMARELA, IDENTIFICAÇÃO COM SÍMBOLO DE INFECTANTE.	Pç.	30	25,24	757,20
12	18798 - COLETOR PARA RESÍDUO INFECTANTE PERFURO CORTANTE RÍGIDO 13 L CONFECCIONADO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENTE DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 13 L. COR AMARELA, IDENTIFICAÇÃO COM SÍMBOLO DE INFECTANTE.	Pç.	750	31,42	23.565,00
13	913559 - COLETOR RIGIDO PARA RESIDUOS QUIMIOTERAPICOS CONFECCIONADO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENTE DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 7 L. COR BRANCA, IDENTIFICACAO NO ROTULO DE PRODUTO TOXICO- COM SÍMBOLO DA CAVEIRA.	Pç.	700	27,86	19.502,00
14	913562 - COLETOR RIGIDO PARA RESIDUOS TOXICOS CONFECCIONADO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENTE DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 7 L. COR LARANJA, IDENTIFICACAO NO ROTULO DE PRODUTO TOXICO- COM SÍMBOLO DA CAVEIRA.	Pç.	30	19,79	593,70
15	909678 - FAIXA ESMARCH 10CM FAIXA DE ESMARCH 10CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA ATÓXICA, INODORA, INSIPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRURGICO, ESPESSURA DE NO MINIMO 0,40MM, COMPRIMENTO 2M.	Rolo	400	13,00	5.200,00
16	909679 - FAIXA ESMARCH 12CM FAIXA DE ESMARCH 12CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA NAO TOXICA, INODORA, INSIPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE	Rolo	300	21,05	6.315,00

	CIRURGICO, ESPESSURA DE NO MINIMO 0,40MM, COMPRIMENTO 2M.				
17	909680 - FAIXA ESMARCH 15CM FAIXA DE ESMARCH 15CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA NAO TOXICA, INODORA, INSIPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRURGICO, COMPRIMENTO 2M.	Rolo	450	14,54	6.543,00
18	910423 - FAIXA ESMARCH 20CM FAIXA DE ESMARCH 20CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA NAO TOXICA, INODORA, INSIPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRURGICO, ESPESSURA DE NO MINIMO 0,40MM, COMPRIMENTO 2M.	Rolo	150	20,78	3.117,00
19	913363 - GUIA DE BIOPSIA DESCARTAVEL PARA APARELHO US PHILIPS GUIA DE BIOPSIA DESCARTAVEL PARA USO EM TRANSDUTOR DA MARCA PHILLIPS MODELO C8-4V.	PC	150	137,63	20.644,50
20	917591 - LANTERNA CLINICA APARELHO PORTATIL E LEVE, DE MATERIAL RESISTENTE DE ALUMINIO/PLASTICO, EQUIPAMENTO MEDICO ASSISTENCIAL UTILIZADO PARA MELHOR VISIBILIDAD,, COM BOTAO LIGA/DESLIGA, ALIMENTACAO COM PILHA 1,5V, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E CERTIFICADO DE GARANTIA.	PC	315	25,60	8.064,00
21	909432 - TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO TAMANHO G TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO COM ESPUMA ANTIALÉRGICA TAMANHO G, COM MEDIDAS ENTRE 160 E 190 MM DE LARGURA X 230 E 250 MM DE COMPRIMENTO.	UN	3.000	1,19	3.570,00
22	909431 - TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO TAMANHO M TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO COM ESPUMA ANTIALÉRGICA TAMANHO M, COM MEDIDAS ENTRE 160 E 190 MM DE LARGURA X 170 E 190 MM DE COMPRIMENTO.	UN	2.500	0,65	1.625,00
23	911056 - TUBO DE SILICONE Nº 200 TUBO DE SILICONE Nº 200 COM ELASTICIDADE E TENSÃO EFICAZ PARA MANTER O GARROTEAMENTO, SUPERFÍCIE LISA, AUSENTE DE EMENDAS E PERFURAÇÕES, RESISTENTE AO PROCESSO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO COM PRODUTOS QUÍMICOS, NÃO COLABAR.	M	1.750	2,87	5.022,50
24	911044 - TUBO DE SILICONE Nº 203 TUBO DE SILICONE TRANSPARENTE Nº 203 COM ESPESSURA E DIÂMETRO COMPATÍVEL COM A NUMERAÇÃO, SUPERFÍCIE LISA, AUSENTE DE EMENDAS E PERFURAÇÕES, RESISTENTE AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO COM AGENTES QUÍMICOS OU VAPOR ÚMIDO, NÃO DEVENDO	M	3.850	7,98	30.723,00

	DESPRENDER UMIDADE, OLEOSIDADE, ODOR INTENSO E NÃO COLABAR.				
25	911012 - TUBO DE SILICONE Nº 204 TUBO DE SILICONE TRANSPARENTE Nº 204 COM ESPESSURA E DIÂMETRO COMPATÍVEL COM A NUMERAÇÃO, SUPERFÍCIE LISA, AUSENTE DE EMENDAS E PERFURAÇÕES, RESISTENTE AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO COM AGENTES QUÍMICOS OU VAPOR ÚMIDO, NÃO DEVENDO DESPRENDER UMIDADE, OLEOSIDADE, ODOR INTENSO E NÃO COLABAR.	M	13.650	7,47	101.965,50
Total Geral					712.904,40

Observação: As descrições do objeto devem ser observadas em conjunto com as descrições técnicas estabelecidas no Anexo VI - Termo de Referência.

ANEXO II

Modelo de Proposta de Preços

À

Secretaria de Administração e Planejamento

Item	Material	Marca	Nº do Registro ANVISA	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:

Garantia (se for o caso):

Dados do proponente:

Razão Social:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

E-mail:

Banco:

Agência bancária:

Conta:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços:

Nome:

CPF:

Cargo/Função:

Declaramos que temos amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico e seus anexos.

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura

ANEXO III

Minuta da Ata de Registro de Preços

PREGÃO 201/2026

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Joinville, por intermédio da Secretaria de Administração e Planejamento, doravante denominada ÓRGÃO PROMOTOR, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e das demais normas legais aplicáveis neste ato representado pelo Sr. Ricardo Mafra, Secretário de Administração e Planejamento e pela Sra. Silvia Cristina Bello, Diretora Executiva, em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico nº 201/2026, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, para futura e eventual Aquisição de Materiais Gerais de Uso Hospitalar, nas quantidades, termos e condições descritos no Edital e seus anexos, que passam a fazer parte desta, e em conformidade com as disposições a seguir:

Nome da empresa: xxxxxxxxx

CNPJ: xx.xxx.xxx.xxx/xx

Endereço: xxxxxxxxx

Cidade: xxxxxxxxx Estado: xx

CEP: xx.xxx-xxx

Telefone: (xx) xxxxxx

Email: xxxxxx

Representante Legal: xxxxxx CPF: xxx.xxx.xxx-xx

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto o registro de preços para fornecimento, quando requerido, dos seguintes itens:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso.

2.1.1 - Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Joinville não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de

Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3 - É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.4 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 02/03/2026.

2.5 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E DA FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

3.1 - A vigência do futuro contrato deverá observar o tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à disponibilidade de créditos orçamentários, sendo estabelecida no termo contratual.

3.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada em até 10 (dez) dias úteis, após cada solicitação.

3.2.1 - No caso de expedição de Autorização de Fornecimento (AF), a forma de entrega será única e em até 10 (dez) dias úteis, a partir da data da solicitação.

3.3 - O local para entrega será:

a) Para a Secretaria de Saúde - Centro Integrado de Armazenamento e Distribuição (CIAD BRANET): Endereço: Rua dos Bororós, 502, Bloco 1, Bairro Zona Industrial Norte - Joinville/SC - CEP: 89.239-290. Horário de entrega: 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30, segunda a quinta feira, exceto feriados e pontos facultativos, mediante agendamento. É obrigatório agendamento prévio realizado exclusivamente através do e-mail: ciad.joinville@branetlogistica.com.br

b) Para o Hospital Municipal São José (CAME HMSJ): Endereço: Rua Doutor Plácido Gomes, 408, Bairro Anita Garibaldi - Joinville/SC - CEP: 89202-050. Horário de entrega: 08:00 às 16:00, segunda a sexta feira, exceto feriados e pontos facultativos. E-mail: hmsj.sup.came@joinville.sc.gov.br. Telefone: (47) 3441-6697.

3.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

4.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Município.

4.2 - Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento (AF):

4.2.1 - Os fornecedores registrados serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

4.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

4.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

4.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada

a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

4.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o Contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste instrumento.

4.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o termo contratual e/ou Autorização de Fornecimento (AF), o proponente vencedor obriga-se a fornecer os bens registrados, conforme especificações e condições contidas na Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada.

4.5 - Para assinatura eletrônica do Contrato o vencedor deverá:

4.5.1 - Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.5.2 - Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

5.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

5.1.2 - O pagamento será conforme as entregas realizadas de acordo com os prazos propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

5.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

5.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

5.4 - O pagamento será efetuado em até 45 (quarenta e cinco) dias após a certificação da Nota Fiscal, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

5.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - A entrega do objeto só estará caracterizada mediante emissão de Autorização de Fornecimento/AF e Termo de Contrato dos itens contratados.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta Licitação e no Contrato (caso firmado).

7.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao FORNECEDOR, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Advertência;

II) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

- a)** De até 5%, nos casos de não celebrar contrato, sobre o valor total do contrato pretendido;
- b)** De até 5%, nos casos de inexecução parcial da Ata de Registro de Preços (que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo), sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato;
- c)** De até 5%, nos casos de descumprimento das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, sobre o valor total da Ata de Registro de Preços;
- d)** 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento)**;
- e)** De até 10% (dez por cento), nos casos de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, em percentual proporcional ao descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.
- f)** De até 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução contratual total por parte do fornecedor, sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.
- g)** De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços para os casos de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa; praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução da Ata de Registro de Preços.

III) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.3 - O FORNECEDOR será responsabilizado pelo cometimento das seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;
- d)** não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f)** apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- g)** praticar ato fraudulento na execução do do objeto da Ata de Registro de Preços;
- h)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- i)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- j)** descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

7.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerá o regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

7.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o FORNECEDOR tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

7.6 - Nas sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do FORNECEDOR, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do FORNECEDOR e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

7.8 - Nenhum pagamento será realizado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

7.9 - O montante de multas aplicadas ao FORNECEDOR não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da Ata de Registro de Preços, caso aconteça o ÓRGÃO PROMOTOR terá o direito de cancelar o Registro de Preços mediante notificação.

7.10 - As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e legislações municipais.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

8.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133 de 2021.

8.2 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.2.2 - Na hipótese prevista no subitem 8.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

8.2.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

8.2.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.3 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.3.1 - Para fins do disposto no subitem 8.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.3.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

8.3.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 8.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.3.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no subitem 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa

8.3.5 - Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 8.3 e 8.3.1 o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.3.5.1 - Para fins do disposto no subitem 8.3.5, na hipótese de desequilíbrio, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF deverá consultar os fornecedores constantes no Cadastro de Reserva, se houver, como forma de comprovação da compatibilidade com os preços praticados no mercado.

8.3.6 - O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 8.3.2; ou;
- d) sofrer sanção prevista nos [incisos III](#) ou [IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1 - Na hipótese prevista na letra "d", caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2 - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no subitem 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.2 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 8.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

10.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelas Secretarias Participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Joinville - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO
TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026

Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JOINVILLE – Secretaria da Saúde, inscrito no C.N.P.J. nº 83.169.623/0001-10, Fundo Municipal de Saúde de Joinville, inscrito no C.N.P.J. nº 08.184.821/0001-37, Hospital Municipal São José, inscrito no C.N.P.J. nº 84.703.248/0001-09, ora em diante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário, Sr. xxxxxx, e a empresa xxxxxx, inscrita no C.N.P.J. nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, firmam o presente contrato, oriundo da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 201/2026, pelo qual se obriga a fornecer o objeto deste Contrato, na forma e condições estabelecidas no edital de licitação e nas cláusulas seguintes, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.185, de 18 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato

1.1 - Este contrato tem por objeto a Aquisição de Materiais Gerais de Uso Hospitalar, conforme descrição abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA - Forma de Fornecimento

2.1 - O fornecimento do objeto do presente contrato será de forma parcelada, de acordo com a cláusula quinta deste instrumento.

2.2 - Fica vinculado este termo contratual as condições do Edital e seus anexos do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 201/2026 e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preço

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ xx,00 (valor por extenso)-

3.2 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 02/03/2026.

3.3 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.4 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.5 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento

4.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de

pagamento.

4.1.1 - O CONTRATANTE responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 125 da Lei nº 14.133/21.

4.1.2 -O pagamento será conforme as entregas realizadas de acordo com os prazos propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

4.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do CONTRATANTE, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

4.4 - O pagamento será efetuado em até 45 (quarenta e cinco) dias após a certificação da Nota Fiscal, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

4.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA QUINTA - Prazo e Local de Entrega do Objeto

5.1 - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

5.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada, em até 10 (dez) dias úteis, após cada solicitação.

5.3 - O local para entrega será:

a) Secretaria Municipal de Saúde - Centro Integrado de Armazenamento e Distribuição (CIAD BRANET): Endereço: Rua dos Bororós, 502, Bloco 1, Bairro Zona Industrial Norte - Joinville/SC - CEP: 89.239-290. Horário de entrega: 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30, segunda a quinta feira, exceto feriados e pontos facultativos, mediante agendamento. É obrigatório agendamento prévio realizado exclusivamente através do e-mail : ciad.joinville@branetlogistica.com.br.

b) Hospital Municipal São José (CAME HMSJ): Endereço: Rua Doutor Plácido Gomes, 408, Bairro Anita Garibaldi - Joinville/SC - CEP: 89202-050. Horário de entrega: 08:00 às 16:00, segunda a sexta feira, exceto feriados e pontos facultativos. E-mail: hmsj.sup.came@joinville.sc.gov.br. Telefone: (47) 3441-6697.

5.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas

6.1 - As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão pela seguinte dotação orçamentária:

xxx/xxxx- xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (fonte)

CLÁUSULA SÉTIMA - Gestão do Contrato

7.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria da Saúde e pelo Hospital Municipal São José sendo essa responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

7.2 - O ordenador da despesa será o Fundo Municipal de Saúde e o Hospital Municipal São José.

7.3 - O modelo de gestão do contrato será nos termos do disposto no Anexo VI - Termo de Referência

CLÁUSULA OITAVA - Direito de Fiscalização

8.1 - O CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.

8.2 - A fiscalização do CONTRATANTE transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

CLÁUSULA NONA - Responsabilidades do CONTRATANTE

9.1 - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato.

9.2 - Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à execução do contrato e a tutelar o interesse público.

9.3 - Intervir no fornecimento do objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público.

9.4 - Responder aos pedidos de reajuste e de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro em até 03 (três) meses, e em caso de repactuação o prazo para resposta será de até 01 (um) mês.

9.5 - Conferir, fiscalizar, vistoriar e aprovar o objeto entregue, conforme especificações técnicas contidas nos Anexos I e VI do Edital, observando o disposto na Instrução Normativa 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - Responsabilidades da CONTRATADA

10.1 - A CONTRATADA obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE realizar, conforme disposto no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

10.2 - Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratual que vir a efetuar, inclusive pelos danos decorrentes perante terceiros, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do Edital de Pregão Eletrônico nº 201/2026 e seus anexos.

10.3 - Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à entrega do objeto contratado, fornecendo-o de acordo com a fiscalização do CONTRATANTE e especificações técnicas, qualidade e quantidades, constantes nos Anexos I e VI do Edital.

10.4 - Todas as despesas decorrentes do transporte, entrega e em caso de envio e retorno do objeto para substituição correrão por conta da CONTRATADA.

10.5 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela entrega do objeto contratado.

10.6 - Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato.

10.7 - Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do contrato.

10.8 - Manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração.

10.9 - O contratado deverá, caso solicitado, apresentar comprovação do cumprimento da exigência de reserva de cargos previstas em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.10 - Cumprir todas as obrigações, especificações técnicas e condições de garantia dispostas no Anexo VI - Termo de Referência do Edital.

10.11 - A CONTRATADA, quando couber, deverá cumprir o disposto na Lei Municipal nº 8.772/19, que dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública Municipal.

10.12 - A CONTRATADA deverá comunicar qualquer alteração à CONTRATANTE, especialmente quando se tratar de alteração de endereço, e-mail e telefone.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Sanções

11.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao CONTRATADO são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Edital de Licitação e no respectivo Contrato, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021.

11.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao CONTRATADO, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Advertência;

II) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5% sobre o valor total do contrato, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do item 11.3;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor total do contrato por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, **até o limite de 10% (dez por cento)**;

c) De até 10% (dez por cento), nos casos de **inexecução parcial**, sobre o valor total do contrato, em percentual proporcional ao descumprimento e prejuízos sofridos pelo Município em decorrência do descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

d) De até 15% (quinze por cento), nos casos de **inexecução contratual total**, sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

e) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 11.3;

III) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 - O CONTRATADO será responsabilizado, pelo cometimento das seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;

e) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução do contrato;

i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3.1 - Considera-se a conduta prevista na alínea "b" do item 11.3 como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo CONTRATADO.

11.3.2 - Considera-se a conduta da alínea "d" do item 11.3 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

11.3.3 - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 11.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura de Joinville, com exceção da conduta disposta no inciso "f" do item 11.3.

11.3.4 - Considera-se a conduta do inciso "h" do item 11.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da execução contratual.

11.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

11.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o CONTRATADO tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade

Gestora ao CONTRATADO, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da cientificação.

11.6 - Nas sanções previstas neste contrato, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do CONTRATADO, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do CONTRATADO e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.8 - Nenhum pagamento será realizado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

11.9 - O montante de multas aplicadas ao CONTRATADO não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato; caso aconteça o CONTRATANTE terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

11.10 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Extinção Contratual

12.1 - A extinção do presente ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Recebimento Provisório e Definitivo

13.1 - Os itens na entrega serão recebidos, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo VI, da seguinte forma:

13.1.1 - Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento.

13.1.2 - Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados após o recebimento provisório, a contratante realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente documento.

13.1.3 - Na hipótese de verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13.1.4 - O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação.

13.1.5 - Se a contratante constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no Anexo VI - Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a contratada deverá providenciar no prazo de 10 (dez) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Legislação Aplicável

14.1 - Nos termos do previsto no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a) Lei nº 14.133/21;
- b) Lei Complementar nº 123/06;
- c) Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- d) Código de Defesa do Consumidor;
- e) Código Civil;

- f) Código Penal;
- g) Código Processo Civil;
- h) Código Processo Penal;
- i) Legislação trabalhista e previdenciária;
- j) Estatuto da Criança e do Adolescente; e
- k) Demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Foro

15.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro.

15.2 - E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CONTRATANTE.

ANEXO V

MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)

Número:

Emissão:

Objeto:

Complemento: OBSERVAÇÕES: 1) Emitir nota fiscal em nome de: MUNICÍPIO DE JOINVILLE – Secretaria da Saúde, inscrito no C.N.P.J. nº 83.169.623/0001-10, Fundo Municipal de Saúde de Joinville, inscrito no C.N.P.J. nº 08.184.821/0001-37, Hospital Municipal São José, inscrito no C.N.P.J. nº 84.703.248/0001-09. 2) Advertimos que o não cumprimentos das obrigações assumidas na fase licitatória estarão sujeitas as sanções previstas no edital. 3) São partes integrantes desta Autorização de Fornecimento (AF), como se transcritos estivessem, o edital de licitação Pregão Eletrônico nº 201/2026, seus anexos, a Ata de Registro de Preços, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pelos proponentes vencedores e que deram suporte ao julgamento da licitação.

Órgão Orçam.:

Ação:

Un. Orçam.:

Despesa:

Função:

Elemento:

Subfunção:

Detalhamento:

Programa:

Fonte de recurso:

Licitação:

Modalidade:

Finalidade:

Ata de reg. de preço:

Pré-empenho:

Empenho:

Fornecedor:

CPF/CNPJ:

Endereço:

CEP:

Fone:

Cidade:

E-mail:

Banco:**Agência:****C/C:****Tipo de entrega:****Prazo de entrega:****Local de entrega:****Pagamento:****Programação financeira**

Parcela	Vencimento	Valor(R\$)	Parcela	Vencimento	Valor(R\$)
---------	------------	------------	---------	------------	------------

Fica autorizado o fornecimento dos itens abaixo discriminados:

Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço	Valor unitário(R\$)	Valor total(R\$)
------	------------	-------------------	------------------	---------------------	------------------

Valor desta autorização:

Nota: Advertimos que o não cumprimento das obrigações assumidas na fase licitatória estarão sujeitas as sanções previstas no edital da presente licitação desta Autorização de Fornecimento (AF), como se transcritos estivessem, o edital de licitação, seus anexos, a Ata de Registro de Preços, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pelo proponente vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação.

ANEXO VI**TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO SEI Nº 29412867/2026 - SES.UCO.ACP****1- DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO:**

1.1 - Objeto da Contratação: Aquisição de Materiais Gerais de Uso Hospitalar por Sistema de Registro de Preços.

1.2 - Especificações Técnicas:

ITEM	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QTD SM S	QTD H M S J	QTD TOTAL
1	46683	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA	PEÇA	2.000	800	2.800

		CORTANTE S, 13 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 13 L, SER DE COR AMARELA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (INFECTANTE), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.				
2	46684	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTE S, 20 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 20 L, SER DE COR AMARELA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (INFECTANTE), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.	PEÇA	11.000	5.100	16.100
3	46819	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTE S, 3 L, COM	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E NBR 7864:2010 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO	PEÇA	5.000	700	5.700

		O SÍMBOLO DE INFECTAN TE	EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 3 L, SER DE COR AMARELA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (INFECTANTE), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.				
4	46682	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 7L, SER DE COR AMARELA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (INFECTANTE), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.	PEÇA	0	1.0 00	1.0 00
5	46681	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 20 L, COM O SÍMBOLO	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR	PEÇAS	15. 000	30 0	15. 300

		DA CAVEIRA	PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 20L, SER DE COR LARANJA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (QUÍMICO), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.				
6	46679	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 7 L, SER DE COR LARANJA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (QUÍMICO), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.	PEÇAS	0	1.00	1.00
7	46680	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 13 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA	PEÇA	2.00	3.50	5.50

			(INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 13 L, SER DE COR LARANJA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (QUÍMICO), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.				
8	910426	CANETA PARA MARCAR PELE/VARIZES	CANETA PARA MARCAR PELE/VARIZES, DE USO PERMANENTE COM SECAGEM INSTANTANEA E A PROVA DE AGUA, TRAÇO FINO, COR PRETA, NÃO ESTERIL.	PEÇA	0	1.400	1.400
9	14595	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO, MEDINDO ENTRE 90CM A 1,10M X 2,10M A 2,20M, EM LONA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL DE BAIXA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO COM ZÍPER, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO CORPO, COM 230 A 250 MICRAS DE ESPESSURA E TENSÃO DE 180KG/CM, NA COR CINZA, DESCARTÁVEL.	PEÇA	30	2.200	2.230
10	13464	COLCHÃO PIRAMIDAL TIPO CAIXA DE OVO, 188 CM X 80 CM X 4 CM (COMP X LARG X ALT)	COLCHÃO PIRAMIDAL TIPO CAIXA DE OVO PARA USO HOSPITALAR, DENSIDADE 33, EM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO, COR CLARA, DIMENSÕES: 188CM COMPRIMENTO 80 CM DE LARGURA, COM PIRAMIDE DE NO MINIMO 04 CM DE ALTURA. (DA BASE ATE A PONTA), EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E REFERENCIA DA DENSIDADE DO COLCHÃO.	PEÇA	0	1.600	1.600
11	18800	COLETOR PARA RESÍDUO INFECTANTE PERFURO CORTANTE RÍGIDO 7 L	CONFECCIONADO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENTE DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 7 L. COR AMARELA, IDENTIFICAÇÃO COM SÍMBOLO DE INFECTANTE.	PEÇA	0	30	30
12	18798	COLETOR PARA RESÍDUO INFECTANTE PERFURO CORTANTE RÍGIDO 13 L	CONFECCIONADO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENTE DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 13 L. COR AMARELA, IDENTIFICAÇÃO COM SÍMBOLO DE INFECTANTE.	PEÇA	150	600	750
13	913559	COLETOR RÍGIDO PARA RESÍDUOS QUÍMICO RAPÍDOS	CONFECCIONADO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENTE DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 7 L. COR BRANCA, IDENTIFICAÇÃO NO ROTULO DE PRODUTO TOXICO- COM SÍMBOLO DA CAVEIRA.	PEÇA	0	700	700
14	913562	COLETOR RÍGIDO PARA	CONFECCIONADO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENTE DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 7	PEÇA	0	30	30

		RESIDUOS TOXICOS	L. COR LARANJA, IDENTIFICACAO NO ROTULO DE PRODUTO TOXICO- COM SÍMBOLO DA CAVEIRA.				
1 5	90967 8	FAIXA ESMARCH 10CM	FAIXA DE ESMARCH 10CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA ATÓXICA, INODORA, INSÍPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRURGICO, ESPESSURA DE NO MINIMO 0,40MM, COMPRIMENTO 2M.	ROLO	0	40 0	400
1 6	90967 9	FAIXA ESMARCH 12CM	FAIXA DE ESMARCH 12CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA NAO TOXICA, INODORA, INSÍPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRURGICO, ESPESSURA DE NO MINIMO 0,40MM, COMPRIMENTO 2M.	ROLO	0	30 0	300
1 7	90968 0	FAIXA ESMARCH 15CM	FAIXA DE ESMARCH 15CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA NAO TOXICA, INODORA, INSÍPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRURGICO, COMPRIMENTO 2M.	ROLO	0	45 0	450
1 8	91042 3	FAIXA ESMARCH 20CM	FAIXA DE ESMARCH 20CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA NAO TOXICA, INODORA, INSÍPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRURGICO, ESPESSURA DE NO MINIMO 0,40MM, COMPRIMENTO 2M.	ROLO	0	15 0	150
1 9	91336 3	GUIA DE BIOPSIA DESCARTAVEL PARA APARELHO US PHILIPS	GUIA DE BIOPSIA DESCARTAVEL PARA USO EM TRANSDUTOR DA MARCA PHILLIPS MODELO C8-4V.	PC	0	15 0	150
2 0	91759 1	LANTERNA CLINICA	APARELHO PORTATIL E LEVE, DE MATERIAL RESISTENTE DE ALUMINIO/PLASTICO, EQUIPAMENTO MEDICO ASSISTENCIAL UTILIZADO PARA MELHOR VISIBILIDAD,. COM BOTAO LIGA/DESLIGA, ALIMENTACAO COM PILHA 1,5V, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E CERTIFICADO DE GARANTIA.	PC	300	15	315
2 1	90943 2	TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO TAMANHO G	TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO COM ESPUMA ANTIALÉRGICA TAMANHO G, COM MEDIDAS ENTRE 160 E 190 MM DE LARGURA X 230 E 250 MM DE COMPRIMENTO.	PEÇA	0	3.0 00	3.0 00
2 2	90943 1	TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO TAMANHO M	TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO COM ESPUMA ANTIALÉRGICA TAMANHO M, COM MEDIDAS ENTRE 160 E 190 MM DE LARGURA X 170 E 190 MM DE COMPRIMENTO.	PEÇA	0	2.5 00	2.5 00
2 3	91105 6	TUBO DE SILICONE Nº 200	TUBO DE SILICONE Nº 200 COM ELASTICIDADE E TENSÃO EFICAZ PARA MANTER O GARROTEAMENTO, SUPERFÍCIE LISA, AUSENTE DE EMENDAS E PERFURAÇÕES, RESISTENTE AO PROCESSO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO COM PRODUTOS QUÍMICOS, NÃO COLABAR.	METRO	650	1.1 00	1.7 50
2 4	91104 4	TUBO DE SILICONE Nº 203	TUBO DE SILICONE TRANSPARENTE Nº 203 COM ESPESSURA E DIÂMETRO COMPATÍVEL COM A NUMERAÇÃO, SUPERFÍCIE LISA, AUSENTE DE EMENDAS E PERFURAÇÕES, RESISTENTE AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO COM AGENTES QUÍMICOS OU VAPOR ÚMIDO, NÃO DEVENDO DESPRENDER UMIDADE, OLEOSIDADE, ODOR INTENSO E NÃO COLABAR.	METRO	150	3.7 00	3.8 50

2 5	91101 2	TUBO DE SILICONE Nº 204	TUBO DE SILICONE TRANSPARENTE Nº 204 COM ESPESSURA E DIÂMETRO COMPATÍVEL COM A NUMERAÇÃO, SUPERFÍCIE LISA, AUSENTE DE EMENDAS E PERFURAÇÕES, RESISTENTE AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO COM AGENTES QUÍMICOS OU VAPOR ÚMIDO, NÃO DEVENDO DESPRENDER UMIDADE, OLEOSIDADE, ODOR INTENSO E NÃO COLABAR.	METR O	150	13. 50 0	13. 650
--------	------------	-------------------------	---	-----------	-----	----------------	------------

1.2.1 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.2.2 - Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.2.3 - O parcelamento da aquisição é tecnicamente e economicamente viável, não causam perda de escala, tem melhor aproveitamento de mercado e ampliação da competitividade, podem ser fracionados sem alteração na sua substância, ou prejuízo do uso a que se destinam.

1.2.4 - A presente contratação será um fornecimento não contínuo, cujo prazo de vigência contratual será de 1 (um) ano, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

1.2.5 - A(s) ata(s) de registro de preços poderá(ão) ser(em) prorrogada(s) por 1 (um) ano, desde que atendido o previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

2-FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

2.2 - A contratação está prevista no plano de ações da Secretaria de Saúde e do Hospital Municipal São José para o ano de 2026, conforme documento (0022389599).

2.3 - O Plano de Contratações Anual foi dispensado por meio do Decreto n.º 64.109/2024 (0023987931), que aprovou a Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024, porém, até a data de elaboração do presente documento, a Administração Municipal não divulgou o Plano de Contratações Anual do exercício de 2026.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1 - Conforme o Estudo Técnico Preliminar (ETP) que compõe o presente processo de Requisição de Compras, a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a *"Aquisição de Materiais Gerais de Uso Hospitalar por Sistema de Registro de Preços"*.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 - Padrão de Qualidade e Desempenho:

Deverão ser atendidos, no mínimo neste sentido:

4.1.1 - Cumprir com as especificações previstas no presente documento.

4.1.2 - Cumprir com prazos, horários e locais previstos no presente no documento.

4.1.3 - Cumprir com a documentação, quando cabível, dispostas no presente documento.

4.1.4 - Cumprir com todas as obrigações dispostas no presente documento.

4.2 - Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, § I, da Lei nº 14.133/2021): Não se aplica.

4.3 - Da vedação de contratação de marca ou produto: Não se aplica.

4.4 - Sustentabilidade: Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

4.5 - Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1 - Prazo de Entrega: Em até 10 (dez) dias úteis, após a solicitação.

5.2 - Forma de Entrega: Parcelada.

5.3 - Locais de Entrega:

5.3.1 - Secretaria Municipal de Saúde | Centro Integrado de Armazenamento e Distribuição (CIAD BRANET):

Endereço: Rua dos Bororós, 502, Bloco 1, Bairro Zona Industrial Norte - Joinville/SC - CEP: 89.239-290

Horário de entrega: 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30, segunda a quinta feira, exceto feriados e pontos facultativos, mediante agendamento

E-mail: ciad.joinville@branetlogistica.com.br

Observação: É obrigatório agendamento prévio realizado exclusivamente através do e-mail ciad.joinville@branetlogistica.com.br

Entregas sem agendamento prévio não serão recebidos.

Ao solicitar agendamento deve ser informado no corpo do e-mail o nº da ata de registro de preço, nº do empenho, nº dos volumes a serem entregues, Secretaria que pertence e anexar a cópia da nota fiscal. No ato da entrega do fornecedor/transportadora deverá apresentar as vias de nota fiscal de venda, autorização de fornecimento e nota de empenho impressos e anexadas a nota fiscal.

Qualquer divergência entre a ata de licitação e o produto físico deverá ser tratado previamente com a respectiva Secretaria, sendo encaminhado eventuais autorizações de forma prévia por e-mail. Caso contrário a carga não será recebida.

Cabe ao fornecedor ou transportadora no ato da entrega, realizar o descarregamento dos itens conforme discriminação da nota, por tipo de produto e lote. No ato do recebimento os itens serão conferidos previamente a assinatura da nota.

5.3.2 - Hospital Municipal São José (CAME HMSJ):

Endereço: Rua Doutor Plácido Gomes, 408, Bairro Anita Garibaldi - Joinville/SC - CEP: 89202-050

Horário de entrega: 08:00 às 16:00, segunda a sexta feira, exceto feriados e pontos facultativos.

E-mail: hmsj.sup.came@joinville.sc.gov.br

Telefone: (47) 3441-6697

5.4 - Manutenção: Os itens elencados no presente documento são isentos de manutenção.

5.5 - Assistência Técnica: Os itens elencados no presente documento são isentos de assistência técnica pois itens de consumo, geralmente descartáveis após utilização.

5.6 - Condições de Garantia: O(s) produto(s) deverão ter garantia legal - nos moldes do Código de Defesa do Consumidor, entretanto, caso o fabricante do(s) produto(s) conceda garantia contratual, esta deve ser somada ao prazo da garantia legal.

6-MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1 - A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, conforme Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão.

6.2 - Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

6.3 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será nomeada em até 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do Contrato e/ou Ata de Registro de Preços.

6.4 - Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do Decreto nº 64.109/2024, que aprovou a Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento.

6.5 - Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.7 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.8 - A gestão do Contrato será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, gestora do Fundo Municipal de Saúde, e pelo Hospital Municipal São José, responsáveis pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, conforme legislação vigente.

6.9 - Obrigações da CONTRATADA Específicas do Objeto:

6.9.1 - Havendo impedimento para o cumprimento do prazo estipulado para execução de qualquer atribuição da contratada, protocolar o pedido de prorrogação no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o prazo limite previamente estipulado pela contratante, devendo no mínimo constar nº empenho, nº Contrato/autorização de fornecimento, justificativa plausível, quanto à necessidade da prorrogação, documentação comprobatória que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo (tais como carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico, Boletim de Ocorrência de Sinistro ou outro equivalente), solicitação e indicação do novo prazo a ser cumprido. O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com indicação anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da contratante seu deferimento. Caso se conceda a prorrogação do prazo, nova data limite será estabelecida, em conformidade com o deferido. Caso a contratante não conceda a prorrogação do prazo, a contratada estará sujeita à sanções administrativas pertinentes. Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo.

6.9.2 - Substituir no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, após notificada, os produtos que apresentarem defeitos, os que vierem a apresentar problemas, que apresentarem vícios ou defeitos ocultos que tornem impróprios para uso a que são destinados, ou ainda não estejam de acordo com este documento, sem ônus para contratante.

6.9.3 - As despesas decorrentes do acondicionamento, carga, transporte, descarga e entrega do objeto correrão por conta da contratada, conforme normas vigentes.

6.9.4 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela entrega do objeto contratado.

6.9.5 - Comunicar ao contratante toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do Contrato.

6.9.6 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros.

6.9.7 - Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

6.9.8 - Caso o fabricante ou produto venha a ser interditado, a empresa fornecedora deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, devendo previamente obter a homologação da Secretaria Municipal da Saúde e do Hospital Municipal São José para o produto proposto para substituição, sem custo para o Município.

6.9.9 - Efetuar a entrega dos bens em adequadas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria e pelo Hospital Municipal São José, acompanhados das respectivas notas fiscais constando as indicações do fabricante como lote e validade.

6.9.10 - Os produtos deverão ter validade mínima de 12 (doze) meses após emissão de nota fiscal de entrega.

6.10 - Obrigações da CONTRATANTE Específicas do Objeto:

6.10.1 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento deste documento.

6.10.2 - Notificar a(s) empresa(s) contratada(s) quanto a qualquer irregularidade encontrada.

6.10.3 - Permitir acesso dos empregados da(s) contratada(s) às dependências do(s) local(is) de entrega(s).

6.10.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) contratada(s), quando necessário.

6.10.5 - Comunicar formalmente a(s) contratada(s) qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento do(s) produto(s), determinando o que for necessário à sua regularização.

6.10.6 - Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, o(s) produto(s) entregues pela(s) contratada(s).

6.11 - Das Sanções: No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei nº 14.133/2021 e no Edital.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1 - O pagamento será por produto entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações deste documento.

7.2 - Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

7.3 - Os itens serão recebidos:

7.3.1 - Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento.

7.3.2 - Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados após o recebimento provisório, a contratante realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente documento.

7.3.3 - Na hipótese de verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3.4 - O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação.

7.3.5 - Se a contratante constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no presente documento, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a contratada deverá providenciar no prazo de 10 (dez) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO por item.

8.2 - Prospectos/Fichas Técnicas/Imagem de Site (print de tela):

As proponentes deverão apresentar, juntamente às propostas, uma das seguintes opções para possibilitar a análise técnica:

8.2.1 - Prospecto: Devidamente identificado, com informações técnicas, contendo marca e modelo do produto. Se o item for importado, o prospecto deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua

portuguesa por tradutor oficial.

8.2.2 - Ficha Técnica: Desde que possua além da descrição técnica, imagem do produto ofertado. Caso o item seja importado, a ficha técnica deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa por tradutor oficial.

8.2.3 - Imagem de Site (print de tela): De mídia especializada ou sítios eletrônicos especializados, desde que nesta, estejam contidas todas as informações para a análise do produto ofertado pela equipe técnica. As informações devem estar em português e deve ser informado o link para acesso e conferência pela equipe técnica em caso de necessidade.

8.3 - Critérios de Análise - Prospectos/Fichas Técnicas/Imagem de Site (print de tela):

8.3.1 - Os prospectos, fichas técnicas ou imagens de site devem conter todas as informações das características técnicas dos itens cotados.

8.3.2 - As especificações técnicas definidas no presente documento devem ser atendidas ou superadas, mantendo os padrões de desempenho e funcionalidades exigidos. Caso haja divergência, a proponente deverá registrar esse fato na proposta, sob pena de desclassificação.

8.3.3 - A proponente deve encaminhar documentação técnica e justificativas que permitam análise conclusiva sobre a equivalência ou superioridade da solução divergente.

8.4 - Amostras:

8.4.1 - Quando solicitado pela contratante, as empresas classificadas em primeiro lugar e habilitadas deverão apresentar, obrigatoriamente, amostras do(s) itens(s) cotado(s) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, conforme o item e o quantitativo mínimo para o item correspondente, em embalagem original, para que seja realizada validação pela equipe técnica de padronização juntamente com a equipe técnica de enfermagem, sem ônus adicional para a contratante e deverão ser apresentadas conforme quantitativos a seguir:

IT E M	CÓ DI GO	DENOMINAÇÃO	UNIDA DE	QTD AMOST RA
1	466 83	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 13 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	UNIDA DE	2
2	466 84	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 20 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	UNIDA DE	2
3	468 19	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 3 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	UNIDA DE	2
4	466 82	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	UNIDA DE	2
5	466 81	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 20 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	UNIDA DE	2
6	466 79	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	UNIDA DE	2
7	466 80	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 13 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	UNIDA DE	2

8.4.2 - A(s) amostra(s) deverá(ão) ser identificada(s) com: nome da empresa, nome do produto, número do pregão e do item correspondente ao da proposta.

8.4.3 - No ato da entrega da(s) amostra(s) a empresa autoriza a completa análise do(s) produto(s) para comprovar as características contidas no descritivo técnico, mesmo que para isto a(s) amostra(s) seja(m) danificada(s) e também abdica de qualquer indenização pela inutilização da(s) mesma(s).

8.4.4 - As amostras apresentadas, que não forem consumidas/eliminadas para a realização da análise, poderão ser retiradas pelo proponente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após a homologação da licitação ou do item/lote, no caso de homologação parcial, no mesmo local da entrega. As amostras não retiradas nesse prazo serão descartadas.

8.4.5 - As amostras serão analisadas, testadas, avaliadas, aprovadas, reprovadas pela equipe da rede da Secretaria da Saúde, segundo critérios e normas internas e todas as despesas correrão por conta do licitante conforme normas vigentes.

8.4.6 - As amostras deverão ser entregues no Setor de Padronização de Materiais da Secretaria Municipal da Saúde, Rua Doutor João Colin, 2719, Bairro Santo Antônio - Joinville/SC - CEP: 89218-035.

8.4.7 - A entrega dos produtos ocorrerá somente em dias úteis, de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 08:00 às 17:00.

8.4.8 - A Administração poderá dispensar a apresentação de amostras mediante fato devidamente fundamentado, sendo essa dispensa registrada em ata pelo Pregoeiro.

8.4.9 - A escolha de 2 (duas) unidades por item foi realizada em conformidade com o inciso I do § 2º do Art. 71 da Instrução Normativa nº 03/2024, que estabelece esse quantitativo quando não há necessidade de consumo ou eliminação das amostras para a realização da análise. A análise técnica dos itens será feita por meio de inspeção visual, verificação de medidas e conformidade com as especificações descritas no presente documento, sem necessidade de testes destrutivos. Portanto, o quantitativo definido está plenamente alinhado com os parâmetros normativos vigentes. Dessa forma, não vemos há necessidade de revisão da quantidade de amostras solicitada, uma vez que ela já atende ao previsto na instrução normativa, não se enquadrando na hipótese do inciso III, o que dispensa justificativa adicional.

8.5 - Critérios de Análise - Amostras:

8.5.1 - Avaliação do(s) material(is) com relação ao descritivo citado no presente documento, unidade de medida, quantidades e volumes, tipo de embalagem e demais características relacionada ao tipo de produto.

8.5.2 - Avaliação do(s) material(is) por profissionais específico da área de saúde, quanto a forma de apresentação, tamanho, composição do material, especificação, matéria prima, dados de fabricação, características de segurança, embalagem, tipo de processamento, prazo e condições de validade, conservação do produto, facilidade no manuseio.

8.5.3 - Avaliação da evolução do(s) material(is) em uso prático em unidade de saúde da rede definido pela comissão interna, quanto aplicabilidade, eficácia, economicidade de modo a garantir a qualidade e segurança da assistência ao paciente e dos profissionais.

8.6 - Função Técnica: Enfermeiros da equipe de Padronização de Materiais e Equipamentos da Secretaria Municipal da Saúde e Hospital Municipal São José.

8.7 - Exigências de Habilitação:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.7.1 - Qualificação Econômico-Financeira: Não se aplica.

8.7.2 - Qualificação Técnica:

8.7.2.1 - Apresentar no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, de fornecimento de produto compatível com o(s) item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Não vislumbra-se a necessidade de exigir o percentual mínimo do quantitativo referente ao fornecimento indicado no atestado, pois não cumpre com o objetivo de garantir segurança na contratação, conforme o Art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021 estão "vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados", o que possibilita ilimitadamente a apresentação de atestados que serão somados para atingir o exigido em Edital, tal condição também, permite a apresentação de atestados anacrônicos, ou seja, a exigência de percentual mínimo, não cumpre com o real objetivo, apenas aumenta a tramitação da licitação e restringe a competitividade.

8.7.2.2 - Cópia do Alvará Sanitário, (Estadual ou Municipal, decreto nº 8.077 de 2013).

8.7.2.3 - Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado.

8.7.2.4 - Cópia da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela ANVISA.

8.7.2.5 - Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado.

8.7.2.6 - Certificado de Registro de Produtos emitidos pela ANVISA, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Identificar/destacar nos documentos apresentados (nome, marca, modelo, validade do registro).

8.7.2.7 - Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado.

8.7.2.8 - Serão aceitos Protocolos de Renovação do Certificado de Registro de Produtos, desde que tenham sido datados e protocolados no mínimo 6 (seis) meses antes do vencimento e acompanhados do Certificado de Registro de Produtos antigos, para a devida comprovação, de acordo com legislação vigente.

8.8 - Da Participação de Consórcio: Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 - Para compor o valor de referência a ser praticado pela Administração no presente processo, foram utilizados os parâmetros indicados no Art. 23 da Lei de Licitações nº 14.133/2021.

9.2 - A aquisição tem como valor estimado o importe de R\$ 297.021,00 (duzentos e noventa e sete mil e vinte e um reais) para a Secretaria Municipal de Saúde e R\$ 415.883,40 (quatrocentos e quinze mil oitocentos e oitenta e três reais e quarenta centavos) para o Hospital Municipal São José, totalizando o importe de R\$ 712.904,40 (setecentos e doze mil novecentos e quatro reais e quarenta centavos).

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 - Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária das unidades participantes.

10.2 - Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento Requisição de Compras que fará parte do presente processo.

10.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11- DA ASSINATURA ELETRÔNICA:

11.1 - Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto nº 56.185/2023.

11.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.3 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

11.4 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.

ANEXO VII

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 29789850/2026 - HMSJ.CAOP.ACP**1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 A rotina nas unidades de assistência à saúde envolve a realização de procedimentos invasivos e não invasivos, os quais demandam não apenas uma equipe técnica qualificada, mas também o uso de materiais permanentes, como equipamentos, insumos cirúrgicos, entre outros. Apesar da ampla variedade de insumos disponíveis no mercado, os materiais elencados neste processo integram o estoque do almoxarifado, com o objetivo de atender de forma plena as demandas das unidades de saúde da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville. Esse atendimento abrange os serviços da atenção básica, unidades de referência, pronto atendimentos 24 horas, vigilância em saúde, setores administrativos e o Hospital Municipal São José de Joinville (HMSJ), assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados aos usuários, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde.

1.2 A contratação de materiais de uso geral em enfermagem é essencial para assegurar a qualidade, a eficiência e a segurança no atendimento prestado pelo Hospital Municipal São José e pela Secretaria Municipal da Saúde. Por se tratar de instituições públicas, de portas abertas à população e referência em diversas especialidades, torna-se fundamental garantir o fornecimento contínuo dos insumos básicos necessários à assistência. Convém destacar que, a demanda é imprevisível e constante, o fluxo de pacientes inclui atendimentos ambulatoriais, urgências, internações e procedimentos cirúrgicos, exigindo resposta rápida dos profissionais de enfermagem.

1.3 Os materiais de enfermagem são itens de extrema necessidade para atendimento das demandas médico hospitalar, alguns dos itens aqui relacionados são obrigatórios e regulamentados, como é o caso dos coletores ou caixas perfurocortantes que devem seguir as normas da ABNT NBR 13853.

1.4 Diante do exposto, há a necessidade da aquisição dos itens constantes no presente processo para atender as necessidades assistenciais da Secretaria da Saúde e Hospital Municipal São José.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 Embora o Decreto nº 64.109/2024, que aprovou a Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), tenha indicado a necessidade de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) somente no exercício de 2024, ainda não houve a respectiva publicação do PCA. De todo modo, informamos que a contratação está prevista no planejamento das ações do Hospital Municipal São José e da Secretaria de Saúde para o ano de 2026.

2.2 A contratação encontra amparo na Lei nº 9.924, de 10 de setembro de 2025 (26758096 e 26788782), que dispõe sobre o PPA - Plano Plurianual do Município de Joinville, Quadriênio 2026 - 2029, conforme processo SEI nº 25.0.040527-8.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1 Condições de Garantia

3.1.1 O(s) produto(s) deverão ter garantia legal - nos moldes do Código de Defesa do Consumidor, entretanto, caso o fabricante do(s) produto(s) conceda garantia contratual, esta deve ser somada ao prazo da garantia legal.

3.2 Prazo de Entrega e Forma de Entrega

3.2.1 Prazo de entrega: em até 10 (dez) dias úteis, após a solicitação;

3.2.2 Forma de entrega: parcelada.

3.2.3 Os itens serão recebidos:

3.2.3.1 Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento.

3.2.3.2 Definitivamente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados após o recebimento provisório, a contratante realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente documento.

3.2.3.3 Na hipótese de verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.2.3.4 O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação.

3.2.3.5 Se a contratante constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no presente documento, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a contratada deverá providenciar no prazo de 10 (dez) dias úteis, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

3.3 Local de Entrega e Horário de Entrega

3.3.1 Para a Secretaria Municipal da Saúde

3.3.1.1 A entrega deverá ser realizada no Centro Integrado de Armazenamento e Distribuição (CIAD) localizado na Rua dos Bororós No 502, Bloco 01, Zona Industrial Norte, Joinville (SC) CEP 89.239-290

3.3.1.2 Horário de entrega de segunda a quinta-feira das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 horas, exceto feriados e pontos facultativos.

3.3.1.3 É OBRIGATÓRIO AGENDAMENTO PRÉVIO REALIZADO EXCLUSIVAMENTE através do e-mail: ciad.joinville@branetlogistica.com.br - Tentativa de entrega sem agendamento prévio não serão recebidos.

3.3.1.4 Ao solicitar agendamento deve ser informado no corpo do e-mail o nº da ata de registro de preço, nº do empenho, nº dos volumes a serem entregues, secretaria que pertence e anexar a cópia da nota fiscal. No ato da entrega do fornecedor/transportadora deverá apresentar as vias de nota fiscal de venda, autorização de fornecimento e nota de empenho impressos e anexadas a NF.

3.3.1.5 Qualquer divergência entre a Ata de licitação e o produto físico deverá ser tratado previamente com a respectiva secretaria, sendo encaminhado eventuais autorizações de forma prévia por e-mail. Caso contrário a carga não será recebida.

3.3.1.6 Cabe ao fornecedor ou transportadora no ato da entrega, realizar o descarregamento dos itens conforme discriminação da nota, por tipo de produto e lote. No ato do recebimento os itens serão conferidos previamente a assinatura da nota.

3.3.2 Para o Hospital Municipal São José

3.3.2.1 Rua: Doutor Plácido Gomes, 408, Bairro: Anita Garibaldi, Joinville/SC - CEP.: 89202-050 - E-mail: hmsj.sup.came@joinville.sc.gov.br - Fone: (47) 3441-6697

3.3.2.2 Horário de entrega das 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos

3.4 Prazo e Possibilidade de Prorrogação

3.4.1 A presente contratação será um fornecimento não contínuo, cujo prazo de vigência contratual será de 01 (um) ano, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

3.4.2 A(s) ata(s) de registro de preços poderá(ão) ser(em) prorrogada(s) por 01 (um) ano, desde que atendido o previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

3.5 Critério de Medição e Pagamento

3.5.1 O pagamento será por produto entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

3.5.2 Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

3.6 Prospectos, Ficha Técnica e Imagem de Site (Print de Tela)

3.6.1 As proponentes deverão apresentar, juntamente às propostas, uma das seguintes opções para possibilitar a análise técnica:

a) **Prospecto** devidamente identificado, com informações técnicas, contendo marca e modelo do produto. Se o item for importado, o prospecto deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa por tradutor oficial;

b) **Ficha técnica**, desde que possua além da descrição técnica, imagem do produto ofertado; caso o item seja importado, a ficha técnica deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa por tradutor oficial;

c) **Imagem de site (print de tela) de mídia especializada ou sítios eletrônicos especializados**, desde que nesta, estejam contidas todas as informações para a análise do produto ofertado pela equipe técnica. As informações devem estar em português e deve ser informado o link para acesso e conferência pela equipe técnica em caso de necessidade.

3.7 Critérios de Análise dos Prospectos, Ficha Técnica e Imagem de Site (Print de Tela)

3.7.1 Os prospectos, fichas técnicas ou imagens de site devem conter todas as informações das características técnicas dos itens cotados.

3.7.2 As especificações técnicas definidas no Termo de Referência devem ser atendidas ou superadas, mantendo os padrões de desempenho e funcionalidades exigidos. Caso haja divergência, a proponente deverá registrar esse fato na proposta, sob pena de desclassificação.

3.7.3 A proponente deve encaminhar documentação técnica e justificativas que permitam análise conclusiva sobre a equivalência ou superioridade da solução divergente.

3.8 Amostras

3.8.1 Quando solicitado pela CONTRATANTE, as empresas classificadas em primeiro lugar e habilitadas deverão apresentar, obrigatoriamente, AMOSTRAS do(s) itens(s) cotado(s) no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o item e o quantitativo mínimo para o item correspondente, em embalagem original, para que seja realizada validação pela equipe técnica de padronização juntamente com a equipe técnica de enfermagem, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e deverão ser apresentadas conforme quantitativos a seguir:

ITEM	CÓDIGO E-PÚBLICA	DENOMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE AMOSTRA
1	46683	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO	UNIDADE	2

		OU CORTANTES,13 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE		
2	46684	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 20 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	UNIDADE	2
3	46819	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 3 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	UNIDADE	2
4	46682	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	UNIDADE	2
5	46681	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 20 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	UNIDADE	2
6	46679	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	UNIDADE	2
7	46680	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 13 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	UNIDADE	2

3.8.2 A (s) amostra (s) deverá (ao) ser identificada (s) com: nome da empresa, nome do produto, número do Pregão e do item correspondente ao da proposta;

3.8.3 No ato da entrega da(s) amostra(s) a empresa autoriza a completa análise do(s) produto(s) para comprovar as características contidas no Descritivo Técnico, mesmo que para isto a(s) amostra(s) seja(m) danificada(s) e também abdica de qualquer indenização pela inutilização da(s) mesma(s).

3.8.4 As amostras apresentadas, que não forem consumidas/eliminadas para a realização da análise, poderão ser retiradas pelo proponente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após a homologação da licitação ou do item/lote, no caso de homologação parcial, no mesmo local da entrega. As amostras não retiradas nesse prazo serão descartadas.

3.8.5 As amostras serão analisadas, testadas, avaliadas, aprovadas, reprovadas pela equipe da rede da Secretaria da Saúde, segundo critérios e normas internas e todas as despesas correrão por conta do licitante conforme normas vigentes;

3.8.6 As amostras deverão ser entregues no Setor de Padronização de Materiais da Secretaria Municipal da Saúde, rua Dr. João Colin, 2719 - Santo Antônio, Joinville - SC, 89218-035.

3.8.7 A entrega dos produtos ocorrerá somente em dias úteis, de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, das 08:00 h às 17:00 h.

3.8.8 A Administração poderá dispensar a apresentação de amostras mediante fato devidamente fundamentado, sendo essa dispensa registrada em ata pelo Pregoeiro.

3.8.9 A escolha de 2 (duas) unidades por item foi realizada em conformidade com o inciso I do § 2º do Art. 71 da Instrução Normativa nº 03/2024, que estabelece esse quantitativo quando não há necessidade de consumo ou eliminação das amostras para a realização da análise. A análise técnica dos itens será feita por meio de inspeção visual, verificação de medidas e conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência, sem necessidade de testes destrutivos. Portanto, o quantitativo definido está plenamente alinhado com os parâmetros normativos vigentes. Dessa forma, não vemos há necessidade de revisão da quantidade de amostras solicitada, uma vez que ela já atende ao previsto na instrução normativa, não se enquadrando na hipótese do inciso III, o que dispensa justificativa adicional.

3.9 Critérios de Análise das Amostras

3.9.1 Avaliação do (s) material (s) com relação ao descritivo citado no Termo de Referência, unidade de medida, quantidades e volumes, tipo de embalagem e demais características relacionada ao tipo de produto.

3.9.2 Avaliação do (s) material (s) por profissionais específico da área de saúde, quanto a forma de apresentação, tamanho, composição do material, especificação, matéria prima, dados de fabricação, características de segurança, embalagem, tipo de processamento, prazo e condições de validade, conservação do produto, facilidade no manuseio.

3.9.3 Avaliação da evolução do (s) material (s) em uso prático em unidade de saúde da rede definido pela comissão interna, quanto aplicabilidade, eficácia, economicidade de modo a garantir a qualidade e segurança da assistência ao paciente e dos profissionais.

3.10 Função Técnica

3.10.1 Enfermeiros da equipe de Padronização de Materiais e Equipamentos da Secretaria Municipal da Saúde e Hospital Municipal São José.

3.11 Gestor do Contrato

3.11.1 A gestão do contrato será realizada pela Secretaria Municipal da Saúde, gestora do Fundo Municipal de Saúde e pelo Hospital Municipal São José, sendo os mesmos responsáveis pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto na lei.

3.12 Obrigações da Contratada Específicas do Objeto

3.12.1 Havendo impedimento para o cumprimento do prazo estipulado para execução de qualquer atribuição da CONTRATADA, protocolar o pedido de prorrogação no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o prazo limite previamente estipulado pela CONTRATANTE, devendo no mínimo constar n.º empenho, n.º contrato/autorização de fornecimento, justificativa plausível, quanto à necessidade da prorrogação; documentação comprobatória que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo - tais como carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico, Boletim de Ocorrência de Sinistro ou outro equivalente -; solicitação e indicação do novo prazo a ser cumprido. O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com indicação anterior, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da CONTRATANTE seu deferimento; caso se conceda a prorrogação do prazo, nova data limite será estabelecida, em conformidade com o deferido; caso a CONTRATANTE não conceda a prorrogação do prazo, a CONTRATADA estará sujeita à sanções administrativas pertinentes; serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo.

3.12.2 Substituir no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, após notificada, os produtos que apresentarem defeitos, os que vierem a apresentar problemas, que apresentarem vícios ou defeitos ocultos que tornem impróprios para uso a que são destinados, ou ainda não estejam de acordo com o Termo de Referência, sem ônus para CONTRATANTE.

3.12.3 As despesas decorrentes do acondicionamento, carga, transporte, descarga e entrega do objeto correrão por conta da CONTRATADA, conforme normas vigentes.

3.12.4 Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela entrega do objeto contratado.

3.12.5 Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato.

3.12.6 Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros.

3.12.7 Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

3.12.8 Caso o Fabricante ou produto venha a ser interditado, a empresa fornecedora deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e concentração, devendo previamente obter a homologação da Secretaria Municipal da Saúde e do Hospital Municipal São José para o produto proposto para substituição, sem custo para o município.

3.12.9 Efetuar a entrega dos bens em adequadas condições, no prazo e local indicados pela Secretaria e pelo Hospital Municipal São José, acompanhados das respectivas notas fiscais constando as indicações do fabricante como lote e validade.

3.12.10 Os produtos deverão ter validade mínima de 12 (doze) meses após emissão de Nota Fiscal de entrega.

3.13 Obrigações da Contratante Específicas do Objeto

3.13.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Referência;

3.13.2 Notificar a(s) empresa(s) CONTRATADA(S) quanto a qualquer irregularidade encontrada;

3.13.3 Permitir acesso dos empregados da(s) CONTRATADA(S) às dependências do(s) local(is) de entrega(s);

3.13.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) CONTRATADA(S), quando necessário;

3.13.5 Comunicar formalmente a(s) CONTRATADA(S) qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento do(s) produto(s), determinando o que for necessário à sua regularização;

3.13.6 Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, o(s) produto(s) entregues pela(s) CONTRATADA(S).

3.14 Exigências de Habilitação

3.14.1 Qualificação Técnica

3.14.1.1 Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, de fornecimento de produto compatível com o(s) item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Não vislumbra-se a necessidade de exigir o percentual mínimo do quantitativo referente ao fornecimento indicado no atestado, pois não cumpre com o objetivo de garantir segurança na contratação, conforme o Art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021 estão "vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados", o que possibilita ilimitadamente a apresentação de atestados que serão somados para atingir o exigido em Edital, tal condição também, permite a apresentação de atestados anacrônicos, ou seja, a exigência de percentual mínimo, não cumpre com o real objetivo, apenas aumenta a tramitação da licitação e restringe a competitividade.

3.14.1.2 Cópia do Alvará Sanitário, (Estadual ou Municipal, decreto nº 8.077 de 2013).

3.14.1.2.1 Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado.

3.14.1.3 Cópia da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela ANVISA.

3.14.1.3.1 Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado.

3.14.1.4 Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (LEGÍVEL). Identificar /destacar nos documentos apresentados (nome, marca, modelo, validade do registro).

3.14.1.4.1 Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado.

3.14.1.5 Serão aceitos Protocolos de Renovação do Certificado de Registro de Produtos, desde que tenham sido datados e protocolados no mínimo 06 (seis) meses antes do vencimento e acompanhados do Certificado de Registro de Produtos antigos, para a devida comprovação, de acordo com legislação vigente.

3.14.2 Qualificação Econômico-Financeira

3.14.2.1 O art. 69, da Lei nº 14.133/2021, objetiva permitir que os licitantes demonstrem e garantam que possuem aptidão econômica suficiente para assumir os encargos decorrentes da contratação licitada, com a apresentação do balanço patrimonial relativo aos dois últimos exercícios sociais.

3.14.2.2 A metodologia estabelecida para a aferição dessa condição financeira mínima, de longe, para a presente contratação não se demonstra efetiva, visto que limita os participantes, sendo forte causador de licitações fracassadas e desertas, para o objeto.

3.14.2.3 O balanço patrimonial é um documento próprio e específico regulamentado pela ordem jurídica, que somente pode ser tomado como eficaz após elaborado e apresentado por profissional competente e registrado na Junta Comercial. A elaboração de tal documento requer um investimento econômico que consome grande parte do lucro auferido na licitação, tornando-a desinteressante aos olhos do fornecedor, que a priori, é dispensado da escrituração contábil por força de Lei.

3.14.2.4 Conforme consta no o Art. 37 da Constituição Federal, em inciso XXI os princípios que devem reger as contratações públicas:

Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

3.14.2.5 Por sua vez, os Arts. 69 e 70 da Lei 14.133/2021 indicam os seguintes parâmetros para aferição da qualificação técnica e econômica:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

(...)

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

II - substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e

nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

3.14.2.6 Por sua vez, resta definido no Art. 6º, inciso X da Lei 14.133/2021 a seguinte definição de “entrega imediata”:

X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;

3.14.2.7 Assim, para as contratações cujo prazo de entrega do produto seja realizada no prazo de 30 (trinta) dias da solicitação da Administração, há que ser considerada como imediata, e por via de consequência, dispensável a exigência de qualificação financeira por decisão fundamentada da Administração.

3.14.2.8 De acordo com o dispositivo constitucional e infra-legal, cabe à equipe de planejamento indicar para a contratação, de acordo com o histórico das licitações anteriores, a melhor forma de aferir a qualificação técnica e econômica dos licitantes, ponderando caso a caso, de forma a indicar tão somente a documentação estritamente necessária e indispensável para a garantia do cumprimento das obrigações.

3.14.2.9 Deste modo, aferir a qualificação econômico-financeira dos licitantes pela apresentação do balanço patrimonial dos dois últimos anos, para a presente contratação é de pouca utilidade prática e de baixíssima efetividade, e, acarreta o prejuízo direto à Administração, que, por sua vez, resta deficiente do produto necessário para a continuidade de suas atividades, alijando uma série de proponentes que poderiam contratar com a Administração com o melhor preço.

3.14.2.10 A contratação ora pretendida é por sistema de registro de preços, cuja demanda é futura e eventual, não resultando em compromisso para a Administração da contratação da integralidade do quantitativo indicado; Ainda, há outros instrumentos previstos no Edital, capazes de aferir a qualificação do fornecedor/prestador que é o atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto da contratação.

3.14.2.11 Em caso de eventual descumprimento, há também a possibilidade de impor ao contratado as sanções previstas em Lei, cuja efetividade das punições torna desinteressante a participação de licitantes que porventura na execução contratual não venham a deter a capacidade necessária.

3.14.2.12 Assim, a dispensa da exigência da apresentação do balanço patrimonial oportuniza a Administração a alcançar uma contratação com maior efetividade, em cumprimento ao dispositivo constitucional, que atenda suas necessidades, bem como garante o cumprimento dos princípios administrativos, tais como a impessoalidade, competitividade, proporcionalidade, razoabilidade, economicidade e eficiência.

3.15 Participação de Consórcios

3.15.1 Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 Para a presente aquisição, as estimativas foram obtidas, de modo geral, com base na análise de histórico de consumo médio, conforme está demonstrados nos documentos SEI nº 26237904 e 26237930, históricos de faltas de alguns itens, pedidos de compras em anos anteriores, margem de segurança, situações adversas não planejadas como epidemias e outros, assim como, podendo também, ter ocorrido restrições orçamentárias que acabaram por impedir o empenho de quantitativos necessários para a assistência, mas que acabaram por não ser adquiridos frente a priorização de outros materiais.

4.2 Para definir as estimativas, considerando que o Hospital Municipal São José é público, de referência regional e atua em diversas especialidades médicas, o fluxo de atendimento é naturalmente variado e imprevisível, abrangendo desde atendimentos ambulatoriais até procedimentos cirúrgicos complexos. Em razão dessa dinâmica, a definição da quantidade de itens foi baseada em um mês de maior consumo registrado, utilizando como referência um período de alta demanda, o que proporciona maior segurança no abastecimento e evita rupturas em situações críticas. A média adotada não representa consumo exato, mas sim uma estimativa estratégica e preventiva, pautada na capacidade operacional do hospital, na complexidade dos casos atendidos e na frequência dos procedimentos realizados, essa abordagem tem como objetivo garantir a continuidade do serviço, minimizar riscos à assistência, e permitir uma gestão de estoque eficiente e alinhada às necessidades da unidade.

4.3 Assim, o Hospital Municipal São José realizou o seguinte cálculo: Mês de maior consumo, multiplicado por 12, acrescido de 20%, e ajustado para cima ou para baixo visando o arredondamento da quantidade. Exemplo (Item 1): $55 \times 12 = 660 + 20\% = 792$ arredondado para 800.

4.4 Para a Secretaria da Saúde, o critério utilizado para a definição dos quantitativos foi a demanda dos últimos 12 (doze) meses (SEI nº 26237930), a análise dos pedidos de compras dos anos anteriores, além do acréscimo de quantitativos para manter uma margem de segurança, conforme o Memorando SEI nº 28403937/2026 - SES.UME.CAME. Também foi considerada a média dos meses com maior volume, garantindo assim, o atendimento em eventuais manutenções de consumo ao longo de todo o período.

4.5 Desta forma, para a presente aquisição foram estimados os seguintes quantitativos:

Item	Código	Denominação	Descritivo	Unidade	Quantidade SES	Quantidade HMSJ	Quantidade Total
1	46683	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 13 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL	PEÇA	2.000	800	2.800

IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 13 L, SER DE COR AMARELA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (INFECTANTE), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E

			FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.				
2	4668 4	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 20 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRI A) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 20 L, SER DE COR AMARELA E CONTER	PEÇA	11.000	5.100	16.100

			<p>INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (INFECTANTE), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.</p>				
3	46819	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 3 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	<p>RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E NBR 7864:2010 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A</p>	PEÇA	5.000	700	5.700

INTEGRIDADE DO
PRODUTO DESDE A
COLETA ATÉ O
DESTINO FINAL.
CAIXA CONTENDO:
COLETOR, FUNDO E
CINTA INTERNA EM
PAPELÃO RÍGIDO;
BANDEJA INTERNA EM
PAPELÃO ONDULADO
OU RÍGIDO; SACO
PLÁSTICO DE
REVESTIMENTO EM
POLIETILENO, OU
SUPERFÍCIE INTERNA
IMPERMEABILIZADA
PARA IMPEDIR
PASSAGEM DE
LÍQUIDOS; TAMPA
PARA FECHAMENTO
DA CAIXA COM TRAVA
DE SEGURANÇA;
TAMPA
(INTERNA/SECUNDÁRI
A) COM BOCAL PARA
DESCARTE; ALÇAS;
CONTRA TRAVA DE
SEGURANÇA. A CAIXA
DEVERÁ COMPORTAR
3 L, SER DE COR
AMARELA E CONTER
INFORMAÇÕES
APLICADAS NA PARTE
EXTERNA REDIGIDAS
NO IDIOMA
PORTUGUÊS:
SIMBOLOGIA DE
ACORDO COM A
CODIFICAÇÃO
INTERNACIONAL
(INFECTANTE),
CONFORME NBR
7500/2023 E SUAS
ATUALIZAÇÕES. O
SÍMBOLO DEVE ESTAR
EXPOSTO PELO MENOS
EM DUAS FACES
VISÍVEIS, SENDO UMA
NA POSIÇÃO FRONTAL.
O TAMANHO DA
IMAGEM DE
IDENTIFICAÇÃO DEVE
OCUPAR NO MÍNIMO
1/3 DA DIMENSÃO
VERTICAL ENTRE A
FACE INFERIOR E O
LIMITE DE
ENCHIMENTO.
DEVERÁ CONTER
INSTRUÇÕES DE
ARMAZENAMENTO,
MONTAGEM, USO E
FECHAMENTO;
INDICATIVO DO
LIMITE MÁXIMO DE
REENCHIMENTO E
DEMAIS FRASES DE

			ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.				
4	4668 2	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRI A) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 7L, SER DE COR AMARELA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS:	PEÇA	0	1.000	1.000

			<p>SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (INFECTANTE), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.</p>				
5	4668 1	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 20 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	<p>RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO:</p>	PEÇAS	15.000	300	15.300

COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 20L, SER DE COR LARANJA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (QUÍMICO), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.

6	4667 9	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 7 L, SER DE COR LARANJA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (QUÍMICO), CONFORME NBR	PEÇAS	0	1.000	1.000
---	-----------	--	--	-------	---	-------	-------

			<p>7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.</p>				
7	46680	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURO OU CORTANTES, 13 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	<p>RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO</p>	PEÇA	2.000	3.500	5.500

			<p>PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 13 L, SER DE COR LARANJA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (QUÍMICO), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.</p>				
8	9104 26	CANETA PARA MARCAR PELE/VARIZES	CANETA PARA MARCAR PELE/VARIZES,DE USO PERMANENTE COM SECAGEM	PEÇA	0	1.400	1.400

			INSTANTANEA E A PROVA DE AGUA, TRAÇO FINO, COR PRETA, NÃO ESTERIL.				
9	1459 5	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO, MEDINDO ENTRE 90CM A 1,10M X 2,10M A 2,20M, EM LONA PLÁSTICA DE POLIETILENO ESPECIAL DE BAIXA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO COM ZÍPER, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO CORPO, COM 230 A 250 MICRAS DE ESPESSURA E TENSÃO DE 180KG/CM, NA COR CINZA, DESCARTÁVEL.	PEÇA	30	2.200	2.230
10	1346 4	COLCHÃO PIRAMIDAL TIPO CAIXA DE OVO, 188 CM X 80 CM X 4 CM (COMP X LARG X ALT)	COLCHÃO PIRAMIDAL TIPO CAIXA DE OVO PARA USO HOSPITALAR, DENSIDADE 33, EM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO, COR CLARA, DIMENSÕES: 188CM COMPRIMENTO 80 CM DE LARGURA, COM PIRAMIDE DE NO MINIMO 04 CM DE ALTURA. (DA BASE ATE A PONTA) , EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E REFERENCIA DA DENSIDADE DO COLCHÃO.	PEÇA	0	1.600	1.600
11	1880 0	COLETOR PARA RESÍDUO INFECTANTE PERFURO CORTANTE RÍGIDO 7 L	CONFECCIONADO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENTE DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 7 L. COR AMARELA, IDENTIFICAÇÃO COM SÍMBOLO DE INFECTANTE.	PEÇA	0	30	30
12	1879 8	COLETOR PARA RESÍDUO INFECTANTE PERFURO	CONFECCIONADO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A	PEÇA	150	600	750

		CORTANTE RÍGIDO 13 L	PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENTE DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 13 L. COR AMARELA, IDENTIFICAÇÃO COM SÍMBOLO DE INFECTANTE.				
13	9135 59	COLETOR RIGIDO PARA RESIDUOS QUIMIOTERAPI COS	CONFECCIONADO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENTE DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 7 L. COR BRANCA, IDENTIFICACAO NO ROTULO DE PRODUTO TOXICO- COM SÍMBOLO DA CAVEIRA.	PEÇA	0	700	700
14	9135 62	COLETOR RIGIDO PARA RESIDUOS TOXICOS	CONFECCIONADO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENTE DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 7 L. COR LARANJA, IDENTIFICACAO NO ROTULO DE PRODUTO TOXICO- COM SÍMBOLO DA CAVEIRA.	PEÇA	0	30	30
15	9096 78	FAIXA ESMARCH 10CM	FAIXA DE ESMARCH 10CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA ATÓXICA, INODORA, INSIPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRURGICO, ESPESSURA DE NO MINIMO 0,40MM, COMPRIMENTO 2M.	ROLO	0	400	400
16	9096 79	FAIXA ESMARCH 12CM	FAIXA DE ESMARCH 12CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA NAO TOXICA, INODORA,	ROLO	0	300	300

			INSIPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRURGICO, ESPESSURA DE NO MINIMO 0,40MM, COMPRIMENTO 2M.				
17	9096 80	FAIXA ESMARCH 15CM	FAIXA DE ESMARCH 15CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA NAO TOXICA, INODORA, INSIPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRURGICO, COMPRIMENTO 2M.	ROLO	0	450	450
18	9104 23	FAIXA ESMARCH 20CM	FAIXA DE ESMARCH 20CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA NAO TOXICA, INODORA, INSIPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRURGICO, ESPESSURA DE NO MINIMO 0,40MM, COMPRIMENTO 2M.	ROLO	0	150	150
19	9133 63	GUIA DE BIOPSIA DESCARTAVEL PARA APARELHO US PHILIPS	GUIA DE BIOPSIA DESCARTAVEL PARA USO EM TRANSDUTOR DA MARCA PHILLIPS MODELO C8-4V.	PC	0	150	150
20	9175 91	LANTERNA CLINICA	APARELHO PORTATIL E LEVE, DE MATERIAL RESISTENTE DE ALUMINIO/PLASTICO, EQUIPAMENTO MEDICO ASSISTENCIAL UTILIZADO PARA MELHOR VISIBILIDAD,. COM BOTAO LIGA/DESLIGA, ALIMENTACAO COM PILHA 1,5V, EMBALAGEM	PC	300	15	315

			INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E CERTIFICADO DE GARANTIA.				
21	9094 32	TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO TAMANHO G	TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO COM ESPUMA ANTIALÉRGICA TAMANHO G, COM MEDIDAS ENTRE 160 E 190 MM DE LARGURA X 230 E 250 MM DE COMPRIMENTO.	PEÇA	0	3.000	3.000
22	9094 31	TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO TAMANHO M	TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO COM ESPUMA ANTIALÉRGICA TAMANHO M, COM MEDIDAS ENTRE 160 E 190 MM DE LARGURA X 170 E 190 MM DE COMPRIMENTO.	PEÇA	0	2.500	2.500
23	9110 56	TUBO DE SILICONE Nº 200	TUBO DE SILICONE Nº 200 COM ELASTICIDADE E TENSÃO EFICAZ PARA MANTER O GARROTEAMENTO, SUPERFÍCIE LISA, AUSENTE DE EMENDAS E PERFURAÇÕES, RESISTENTE AO PROCESSO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO COM PRODUTOS QUÍMICOS, NÃO COLABAR.	METRO	650	1.100	1.750
24	9110 44	TUBO DE SILICONE Nº 203	TUBO DE SILICONE TRANSPARENTE Nº 203 COM ESPESSURA E DIÂMETRO COMPATÍVEL COM A NUMERAÇÃO, SUPERFÍCIE LISA, AUSENTE DE EMENDAS E PERFURAÇÕES, RESISTENTE AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO COM AGENTES QUÍMICOS OU VAPOR ÚMIDO, NÃO DEVENDO DESPRENDER UMIDADE, OLEOSIDADE, ODORE INTENSO E NÃO COLABAR.	METRO	150	3.700	3.850
25	9110 12	TUBO DE SILICONE Nº 204	TUBO DE SILICONE TRANSPARENTE Nº 204 COM ESPESSURA E DIÂMETRO COMPATÍVEL COM A	METRO	150	13.500	13.650

			NUMERAÇÃO, SUPERFÍCIE LISA, AUSENTE DE EMENDAS E PERFURAÇÕES, RESISTENTE AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO COM AGENTES QUÍMICOS OU VAPOR ÚMIDO, NÃO DEVENDO DESPRENDER UMIDADE, OLEOSIDADE, ODOR INTENSO E NÃO COLABAR.			
--	--	--	---	--	--	--

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 No mercado atual, a alternativa viável consiste na aquisição dos itens listados neste Estudo Técnico Preliminar, uma vez que não existem, atualmente, soluções alternativas para produtos de consumo hospitalar, insumos de descarte e imobilização, tais como Caixas de Descarte de Resíduos, Coletores Rígidos, Faixas de Esmarch, Talas Metálicas e Tubos de Silicone.

5.2 Para atender à necessidade de contratação dos itens mencionados neste Estudo Técnico Preliminar, destaca-se que tais produtos são consumíveis de uso individual, assistencial ou voltados à segurança e ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (PGRSS). Esses itens não requerem equipamentos específicos para sua utilização, são de livre demanda e não se enquadram como produtos passíveis de locação ou comodato. Sua natureza predominantemente descartável, de uso único ou de consumo permanente individualizado os torna incompatíveis com modalidades contratuais que envolvem cessão de equipamentos, como o comodato ou aluguel.

5.3 Ademais, a Secretaria Municipal da Saúde e o Hospital Municipal São José têm como compromisso garantir que todos os serviços prestados à população sejam de qualidade e eficiência. Nesse âmbito, a padronização dos materiais utilizados, incluindo os recipientes de descarte de resíduos infectantes e químicos (amarelos e laranjas), coletores rígidos, faixas de imobilização e demais correlatos, é fundamental para garantir a segurança biológica, a eficácia dos procedimentos e a qualidade dos atendimentos prestados, especialmente em ambientes como centros cirúrgicos, pronto atendimento 24 horas, enfermarias e serviços de referência.

5.4 Os itens padronizados foram selecionados com base em critérios técnicos, vigilância sanitária, qualidade comprovada e compatibilidade com os protocolos de atendimento e de gerenciamento de resíduos adotados pelas instituições. Assim, a escolha de materiais padronizados — que respeitam volumetrias, tamanhos e especificações estritas — contribui para a redução de erros, mitiga o risco de acidentes com perfurocortantes, evita a contaminação cruzada e facilita a capacitação dos profissionais de saúde. Dessa forma, garantimos a segurança dos pacientes, dos servidores e a eficiência dos tratamentos realizados.

5.5 Considerando esses aspectos, a aquisição de Caixas de Descarte, Coletores Rígidos, Materiais de Imobilização e Consumíveis Clínicos, entre outros materiais já padronizados, não deve ser comparada a outras opções disponíveis no mercado. A prioridade é garantir que os produtos atendam aos padrões de qualidade, ergonomia e biossegurança previamente estabelecidos, promovendo cuidados de saúde eficientes, seguros e confiáveis para a população.

Conclusão - melhor Solução

Após a análise das possibilidades, considerando as soluções disponíveis no mercado, a solução que atende economicamente e tecnicamente a necessidade é a "*Aquisição de Materiais Gerais de Uso Hospitalar utilizados no atendimento aos pacientes no Hospital Municipal São José e unidades de saúde da Secretaria da Saúde de Joinville/SC, por Sistema de Registro de Preços*".

Além disso, a opção pelo Sistema de Registro de Preços proporciona à Administração a flexibilidade necessária para adquirir os quantitativos dos itens conforme a demanda real. Essa capacidade de

ajuste dos estoques ao longo do período de vigência das atas de registro de preços não compromete o orçamento, uma vez que o bloqueio orçamentário ocorre somente no momento da efetiva solicitação de compra. Adicionalmente, a possibilidade de prorrogação das atas de registro de preços com a renovação da quantidade registrada, que é fundamental para assegurar a disponibilidade de insumos, conforme previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

A prorrogação da Ata com renovação de quantidade assegura a continuidade do fornecimento dos bens ou serviços, evitando interrupções que podem impactar as operações da instituição. A prorrogação e a renovação de quantidade são mecanismos previstos na legislação, que visam garantir a eficiência e a economicidade nas contratações públicas, a possibilidade de prorrogação com renovação das quantidades deverá ser analisada em momento oportuno, considerando a economia de escala, continuidade do fornecimento, redução dos custos, atendimento à demanda entre outros.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 Os valores estimados para a aquisição, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, o qual deverá estar compatível com o histórico de contratações anteriores, no entanto, de início estima-se a contratação no valor de R\$ 199.387,90 (cento e noventa e nove mil trezentos e oitenta e sete reais e noventa centavos) para a Secretaria da Saúde e R\$ 399.972,95 (trezentos e noventa e nove mil novecentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos) para o Hospital Municipal São José, totalizando o valor de R\$ 599.360,85 (quinhentos e noventa e nove mil trezentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos).

6.2 Destaca-se que os itens 1, 2, 4, 5, 6 e 7 tiveram seus descritivos atualizados (SEI nº 27472308) e não possuem histórico de contratação pelo Hospital Municipal São José e Secretaria da Saúde. Assim, os valores estimados foram elaborados com base no descritivo anteriormente utilizado, o que poderá impactar no valor da contratação que constará no Orçamento Planilhado do presente processo.

Item	Código	Denominação	Descritivo	Unidade	Quantidade SES	Quantidade HMSJ	Quantidade Total	Valor Unitário (R\$)	Valor SES (R\$)	Valor HMSJ (R\$)	Valor Total (R\$)	Referência
1	46683	CAIXA EM PAPELÃO AMARELO PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURADO OU CORTANTES, 13 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL	PEÇA	2.000	800	2.800	3,91	7.820,00	3.128,00	10.948,00	25472982

IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SECUNDÁRIA) COM BOCAL PARA DESCARTE; ALÇAS; CONTRA TRAVA DE SEGURANÇA. A CAIXA DEVERÁ COMPORTAR 13 L, SER DE COR AMARELA E CONTER INFORMAÇÕES APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL

			AL (INFECTANTE), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÃO S. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO O DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE REENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS ; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.									
2	4668 4	CAIXA EM PAPELÃO AMARELO PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURADO OU CORTANTES, 20 L, COM O SÍMBOLO	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPÃO, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES S. DEVERÁ SER FABRICADO	PEÇA	11.000	5.100	16.100	5,09	55.99 0,00	25.95 9,00	81.94 9,00	25472982

[illegible]

			<p>APLICADAS NA PARTE EXTERNA REDIGIDAS NO IDIOMA PORTUGUÊS: SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A CODIFICAÇÃO INTERNACIONAL (INFECTANTE), CONFORME NBR 7500/2023 E SUAS ATUALIZAÇÕES. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS ; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.</p>									
3	46819	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCAR	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPA,	PEÇA	5.000	700	5.700	1,78	8.900,00	1.246,00	10.146,00	25472982

TE DE RESÍDUO S INFECTA NTES, PERFUR O OU CORTAN TES, 3 L, COM O SÍMBOL O DE INFECTA NTE	ATENDENDO AS ESPECIFICAÇ ES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E NBR 7864:2010 E SUAS ATUALIZAÇÕE S. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILI ZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENT O EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILI ZADA PARA IMPEDIR PASSAGEM DE LÍQUIDOS; TAMPA PARA FECHAMENTO DA CAIXA COM TRAVA DE SEGURANÇA; TAMPA (INTERNA/SEC UNDÁRIA) COM
---	---

BOCAL PARA
DESCARTE;
ALÇAS;
CONTRA TRAVA
DE
SEGURANÇA. A
CAIXA DEVERÁ
COMPORTAR 3
L, SER DE COR
AMARELA E
CONTER
INFORMAÇÕES
APLICADAS NA
PARTE
EXTERNA
REDIGIDAS NO
IDIOMA
PORTUGUÊS:
SIMBOLOGIA
DE ACORDO
COM A
CODIFICAÇÃO
INTERNACION
AL
(INFECTANTE),
CONFORME
NBR 7500/2023 E
SUAS
ATUALIZAÇÕE
S. O SÍMBOLO
DEVE ESTAR
EXPOSTO PELO
MENOS EM
DUAS FACES
VISÍVEIS,
SENDO UMA
NA POSIÇÃO
FRONTAL. O
TAMANHO DA
IMAGEM DE
IDENTIFICAÇÃ
O DEVE
OCUPAR NO
MÍNIMO 1/3 DA
DIMENSÃO
VERTICAL
ENTRE A FACE
INFERIOR E O
LIMITE DE
ENCHIMENTO.
DEVERÁ
CONTER
INSTRUÇÕES
DE
ARMAZENAME
NTO,
MONTAGEM,
USO E
FECHAMENTO;
INDICATIVO DO
LIMITE
MÁXIMO DE
PREENCHIMEN
TO E DEMAIS
FRASES DE
ADVERTÊNCIA
OBRIGATÓRIAS

			; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.									
4	4668 2	CAIXA EM PAPELÃO AMARELA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS INFECTANTES, PERFURADO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DE INFECTANTE	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPAS, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM PAPELÃO ONDULADO OU RÍGIDO; SACO PLÁSTICO DE REVESTIMENTO EM POLIETILENO, OU SUPERFÍCIE INTERNA IMPERMEABILIZADA PARA	PEÇA	0	1.000	1.000	3,10	0	3.100,00	3.100,00	25472982

IMPEDIR
PASSAGEM DE
LÍQUIDOS;
TAMPA PARA
FECHAMENTO
DA CAIXA COM
TRAVA DE
SEGURANÇA;
TAMPA
(INTERNA/SEC
UNDÁRIA) COM
BOCAL PARA
DESCARTE;
ALÇAS;
CONTRA TRAVA
DE
SEGURANÇA. A
CAIXA DEVERÁ
COMPORTAR
7L, SER DE
COR AMARELA
E CONTER
INFORMAÇÕES
APLICADAS NA
PARTE
EXTERNA
REDIGIDAS NO
IDIOMA
PORTUGUÊS:
SIMBOLOGIA
DE ACORDO
COM A
CODIFICAÇÃO
INTERNACION
AL
(INFECTANTE),
CONFORME
NBR 7500/2023 E
SUAS
ATUALIZAÇÕE
S. O SÍMBOLO
DEVE ESTAR
EXPOSTO PELO
MENOS EM
DUAS FACES
VISÍVEIS,
SENDO UMA
NA POSIÇÃO
FRONTAL. O
TAMANHO DA
IMAGEM DE
IDENTIFICAÇÃ
O DEVE
OCUPAR NO
MÍNIMO 1/3 DA
DIMENSÃO
VERTICAL
ENTRE A FACE
INFERIOR E O
LIMITE DE
ENCHIMENTO.
DEVERÁ
CONTER
INSTRUÇÕES
DE
ARMAZENAME
NTO,

			MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMEN TO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS ; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.									
5	4668 1	CAIXA EM PAPELÃO LARANJ A PARA DESCAR TE DE RESÍDUO S QUÍMICO S, PERFUR O OU CORTAN TES, 20 L, COM O SÍMBOL O DA CAVEIRA	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMP A, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕ ES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕE S. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABIL IZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO FINAL. CAIXA CONTENDO: COLETOR, FUNDO E CINTA INTERNA EM PAPELÃO RÍGIDO; BANDEJA INTERNA EM	PEÇ AS	15.000	300	15.300	7,00	105.0 00,00	2.100 ,00	107.1 00,00	25685727

PAPELÃO
ONDULADO OU
RÍGIDO; SACO
PLÁSTICO DE
REVESTIMENT
O EM
POLIETILENO,
OU SUPERFÍCIE
INTERNA
IMPERMEABILI
ZADA PARA
IMPEDIR
PASSAGEM DE
LÍQUIDOS;
TAMPA PARA
FECHAMENTO
DA CAIXA COM
TRAVA DE
SEGURANÇA;
TAMPA
(INTERNA/SEC
UNDÁRIA) COM
BOCAL PARA
DESCARTE;
ALÇAS;
CONTRA TRAVA
DE
SEGURANÇA. A
CAIXA DEVERÁ
COMPORTAR
20L, SER DE
COR LARANJA
E CONTER
INFORMAÇÕES
APLICADAS NA
PARTE
EXTERNA
REDIGIDAS NO
IDIOMA
PORTUGUÊS:
SIMBOLOGIA
DE ACORDO
COM A
CODIFICAÇÃO
INTERNACION
AL (QUÍMICO),
CONFORME
NBR 7500/2023 E
SUAS
ATUALIZAÇÕE
S. O SÍMBOLO
DEVE ESTAR
EXPOSTO PELO
MENOS EM
DUAS FACES
VISÍVEIS,
SENDO UMA
NA POSIÇÃO
FRONTAL. O
TAMANHO DA
IMAGEM DE
IDENTIFICAÇÃ
O DEVE
OCUPAR NO
MÍNIMO 1/3 DA
DIMENSÃO
VERTICAL

			ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS ; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.									
6	46679	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURADO OU CORTANTES, 7 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPAS, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS EXIGÊNCIAS DO AMBIENTE DE SAÚDE E GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO DESDE A COLETA ATÉ O DESTINO	PEÇAS	0	1.000	1.000	5,95	0	5.950,00	5.950,00	0018951613

FINAL. CAIXA
CONTENDO:
COLETOR,
FUNDO E
CINTA
INTERNA EM
PAPELÃO
RÍGIDO;
BANDEJA
INTERNA EM
PAPELÃO
ONDULADO OU
RÍGIDO; SACO
PLÁSTICO DE
REVESTIMENT
O EM
POLIETILENO,
OU SUPERFÍCIE
INTERNA
IMPERMEABILI
ZADA PARA
IMPEDIR
PASSAGEM DE
LÍQUIDOS;
TAMPA PARA
FECHAMENTO
DA CAIXA COM
TRAVA DE
SEGURANÇA;
TAMPA
(INTERNA/SEC
UNDÁRIA) COM
BOCAL PARA
DESCARTE;
ALÇAS;
CONTRA TRAVA
DE
SEGURANÇA. A
CAIXA DEVERÁ
COMPORTAR 7
L, SER DE COR
LARANJA E
CONTER
INFORMAÇÕES
APLICADAS NA
PARTE
EXTERNA
REDIGIDAS NO
IDIOMA
PORTUGUÊS:
SIMBOLOGIA
DE ACORDO
COM A
CODIFICAÇÃO
INTERNACION
AL (QUÍMICO),
CONFORME
NBR 7500/2023 E
SUAS
ATUALIZAÇÕE
S. O SÍMBOLO
DEVE ESTAR
EXPOSTO PELO
MENOS EM
DUAS FACES
VISÍVEIS,
SENDO UMA

			NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS ; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.									
7	46680	CAIXA EM PAPELÃO LARANJA PARA DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS, PERFURADO OU CORTANTES, 13 L, COM O SÍMBOLO DA CAVEIRA	RECIPIENTE RESISTENTE À PUNCTURA, RUPTURA E VAZAMENTO, COM TAMPAS, ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT NBR 13853-1:2020 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DEVERÁ SER FABRICADO COM PAPELÃO PLASTIFICADO (MATÉRIA PRIMA VIRGEM OU RECICLADO) OU PAPELÃO RÍGIDO COM SUPERFÍCIE TRATADA COM MATERIAL IMPERMEABILIZANTE, QUE SUPORTE AS	PEÇA	2.000	3.500	5.500	3,91	7.820,00	13.685,00	21.505,00	25925006

EXIGÊNCIAS
DO AMBIENTE
DE SAÚDE E
GARANTA A
INTEGRIDADE
DO PRODUTO
DESDE A
COLETA ATÉ O
DESTINO
FINAL. CAIXA
CONTENDO:
COLETOR,
FUNDO E
CINTA
INTERNA EM
PAPELÃO
RÍGIDO;
BANDEJA
INTERNA EM
PAPELÃO
ONDULADO OU
RÍGIDO; SACO
PLÁSTICO DE
REVESTIMENT
O EM
POLIETILENO,
OU SUPERFÍCIE
INTERNA
IMPERMEABILI
ZADA PARA
IMPEDIR
PASSAGEM DE
LÍQUIDOS;
TAMPA PARA
FECHAMENTO
DA CAIXA COM
TRAVA DE
SEGURANÇA;
TAMPA
(INTERNA/SEC
UNDÁRIA) COM
BOCAL PARA
DESCARTE;
ALÇAS;
CONTRA TRAVA
DE
SEGURANÇA. A
CAIXA DEVERÁ
COMPORTAR 13
L, SER DE COR
LARANJA E
CONTER
INFORMAÇÕES
APLICADAS NA
PARTE
EXTERNA
REDIGIDAS NO
IDIOMA
PORTUGUÊS:
SIMBOLOGIA
DE ACORDO
COM A
CODIFICAÇÃO
INTERNACION
AL (QUÍMICO),
CONFORME
NBR 7500/2023 E

			SUAS ATUALIZAÇÃO S. O SÍMBOLO DEVE ESTAR EXPOSTO PELO MENOS EM DUAS FACES VISÍVEIS, SENDO UMA NA POSIÇÃO FRONTAL. O TAMANHO DA IMAGEM DE IDENTIFICAÇÃO O DEVE OCUPAR NO MÍNIMO 1/3 DA DIMENSÃO VERTICAL ENTRE A FACE INFERIOR E O LIMITE DE ENCHIMENTO. DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES DE ARMAZENAMENTO, MONTAGEM, USO E FECHAMENTO; INDICATIVO DO LIMITE MÁXIMO DE PREENCHIMENTO E DEMAIS FRASES DE ADVERTÊNCIA OBRIGATÓRIAS ; NOME E MARCA DO PRODUTO; NÚMERO DO LOTE.									
8	910426	CANETA PARA MARCAR PELE/VARIZES	CANETA PARA MARCAR PELE/VARIZES, DE USO PERMANENTE COM SECAGEM INSTANTANEA E A PROVA DE AGUA, TRAÇO FINO, COR PRETA, NÃO ESTERIL.	PEÇA	0	1.400	1.400	10,00	0	14.000,00	14.000,00	25642015
9	14595	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO	COBERTURA/INVÓLUCRO DE ÓBITO, MEDINDO ENTRE 90CM A 1,10M X 2,10M A 2,20M, EM LONA PLÁSTICA DE	PEÇA	30	2.200	2.230	18,23	546,90	40.106,00	40.652,90	0024995396

			POLIETILENO ESPECIAL DE BAIXA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA, FORMATO RETANGULAR, FECHAMENTO COM ZÍPER, ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DO CORPO, COM 230 A 250 MICRAS DE ESPESSURA E TENSÃO DE 180KG/CM, NA COR CINZA, DESCARTÁVEL.									
10	13464	COLCHÃO PIRAMIDAL TIPO CAIXA DE OVO, 188 CM X 80 CM X 4 CM (COMP X LARG X ALT)	COLCHÃO PIRAMIDAL TIPO CAIXA DE OVO PARA USO HOSPITALAR, DENSIDADE 33, EM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO, COR CLARA, DIMENSÕES: 188CM COMPRIMENTO 80 CM DE LARGURA, COM PIRAMIDE DE NO MINIMO 04 CM DE ALTURA. (DA BASE ATE A PONTA) , EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E REFERENCIA DA DENSIDADE DO COLCHÃO.	PEÇA	0	1.600	1.600	59,80	0	95.680,00	95.680,00	26114074
11	18800	COLETOR PARA RESÍDUO INFECTANTE PERFURANTE CORTANTE RÍGIDO 7 L	CONFECCIONADO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENTE DITO, TAMPA, BOCAL COM	PEÇA	0	30	30	27,90	0	837,00	837,00	0018953180

			SOBRETAMPA. 7 L. COR AMARELA, IDENTIFICAÇÃO COM SÍMBOLO DE INFECTANTE.									
12	18798	COLETO R PARA RESÍDUO INFECTA NTE PERFUR O CORTAN TE RÍGIDO 13 L	CONFECCIONA DO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENT E DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 13 L. COR AMARELA, IDENTIFICAÇÃO COM SÍMBOLO DE INFECTANTE.	PEÇA	150	600	750	31,37	4.705 ,50	18.82 2,00	23.52 7,50	26180233
13	913559	COLETO R RIGIDO PARA RESIDUO S QUIMIOT ERAPICO S	CONFECCIONA DO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENT E DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 7 L. COR BRANCA, IDENTIFICACA O NO ROTULO DE PRODUTO TOXICO- COM SÍMBOLO DA CAVEIRA.	PEÇA	0	700	700	22,43	0	15.70 1,00	15.70 1,00	26180195
14	913562	COLETO R RIGIDO PARA RESIDUO S TOXICOS	CONFECCIONA DO EM PLASTICO RÍGIDO, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE A PERFURAÇÕES. CONSTITUÍDO POR: COLETOR PROPRIAMENT E DITO, TAMPA, BOCAL COM SOBRETAMPA. 7 L. COR LARANJA, IDENTIFICACA O NO ROTULO DE PRODUTO TOXICO- COM	PEÇA	0	30	30	22,42	0	672,6 0	672,6 0	26180283

			SÍMBOLO DA CAVEIRA.									
15	909678	FAIXA ESMARCH 10CM	FAIXA DE ESMARCH 10CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA ATÓXICA, INODORA, INSÍPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRÚRGICO, ESPESSURA DE NO MÍNIMO 0,40MM, COMPRIMENTO 2M.	ROLO	0	400	400	7,71	0	3.084,00	3.084,00	0023797221
16	909679	FAIXA ESMARCH 12CM	FAIXA DE ESMARCH 12CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA NAO TOXICA, INODORA, INSÍPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGEM, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRÚRGICO, ESPESSURA DE NO MÍNIMO 0,40MM, COMPRIMENTO 2M.	ROLO	0	300	300	11,00	0	3.300,00	3.300,00	0023797221
17	909680	FAIXA ESMARCH 15CM	FAIXA DE ESMARCH 15CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA	ROLO	0	450	450	13,99	0	6.295,50	6.295,50	0023791072

			NAO TOXICA, INODORA, INSIPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGE M, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRURGICO, COMPRIMENTO 2M.									
18	9104 23	FAIXA ESMARCH H 20CM	FAIXA DE ESMARCH 20CM - FABRICADA EM BORRACHA OU LATEX LAMINADO ESPECIAL, MATERIAL DE SUBSTANCIA NAO TOXICA, INODORA, INSIPIDA, RESISTENTE A RUPTURA E AUTOCLAVAGE M, POSSUIR ELASTICIDADE SUFICIENTE PARA MANTER O GARROTE CIRURGICO, ESPESURA DE NO MINIMO 0,40MM, COMPRIMENTO 2M.	RO LO	0	150	150	16,75	0	2.512 ,50	2.512, 50	00189517 66
19	9133 63	GUIA DE BIOPSIA DESCAR TAVEL PARA APAREL HO US PHILIPS	GUIA DE BIOPSIA DESCARTAVEL PARA USO EM TRANSDUTOR DA MARCA PHILLIPS MODELO C8-4V.	PC	0	150	150	220,0 0	0	33.00 0,00	33.00 0,00	00237910 19
20	9175 91	LANTER NA CLINICA	APARELHO PORTATIL E LEVE, DE MATERIAL RESISTENTE DE ALUMINIO/PLA STICO, EQUIPAMENTO MEDICO ASSISTENCIAL UTILIZADO PARA MELHOR VISIBILIDAD,. COM BOTAO LIGA/DESLIGA, ALIMENTACAO COM PILHA	PC	300	15	315	18,89	5.667 ,00	283,3 5	5.950, 35	00232662 64

			1,5V, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACA O E CERTIFICADO DE GARANTIA.									
21	9094 32	TALA METÁLIC A PARA IMOBILI ZAÇÃO TAMANH O G	TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO COM ESPUMA ANTIALÉRGICA TAMANHO G, COM MEDIDAS ENTRE 160 E 190 MM DE LARGURA X 230 E 250 MM DE COMPRIMENTO	PEÇ A	0	3.000	3.000	1,28	0	3.840 ,00	3.840, 00	25954614
22	9094 31	TALA METÁLIC A PARA IMOBILI ZAÇÃO TAMANH O M	TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO COM ESPUMA ANTIALÉRGICA TAMANHO M, COM MEDIDAS ENTRE 160 E 190 MM DE LARGURA X 170 E 190 MM DE COMPRIMENTO	PEÇ A	0	2.500	2.500	0,70	0	1.750 ,00	1.750, 00	26180233
23	9110 56	TUBO DE SILICON E Nº 200	TUBO DE SILICONE Nº 200 COM ELASTICIDADE E TENSO EFICAZ PARA MANTER O GARROTEAME NTO, SUPERFÍCIE LISA, AUSENTE DE EMENDAS E PERFURAÇÕES, RESISTENTE AO PROCESSO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO COM PRODUTOS QUÍMICOS, NÃO COLABAR.	ME TR O	650	1.100	1.750	1,89	1.228 ,50	2.079 ,00	3.307, 50	26120174
24	9110 44	TUBO DE SILICON E Nº 203	TUBO DE SILICONE TRANSPARENT E Nº 203 COM ESPESSURA E	ME TR O	150	3.700	3.850	5,21	781,5 0	19.27 7,00	20.05 8,50	25669766

			DIÂMETRO COMPATÍVEL COM A NUMERAÇÃO, SUPERFÍCIE LISA, AUSENTE DE EMENDAS E PERFURAÇÕES, RESISTENTE AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃ O COM AGENTES QUÍMICOS OU VAPOR ÚMIDO, NÃO DEVENDO DESPRENDER UMIDADE, OLEOSIDADE, ODOR INTENSO E NÃO COLABAR.									
25	9110 12	TUBO DE SILICON E Nº 204	TUBO DE SILICONE TRANSPARENT E Nº 204 COM ESPESSURA E DIÂMETRO COMPATÍVEL COM A NUMERAÇÃO, SUPERFÍCIE LISA, AUSENTE DE EMENDAS E PERFURAÇÕES, RESISTENTE AO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃ O COM AGENTES QUÍMICOS OU VAPOR ÚMIDO, NÃO DEVENDO DESPRENDER UMIDADE, OLEOSIDADE, ODOR INTENSO E NÃO COLABAR.	ME TR O	150	13.500	13.650	6,19	928,5 0	83.56 5,00	84.49 3,50	26139616

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Após análise das soluções de mercado, considerando os elementos dispostos, foram analisados os seguintes pontos:

a) Manutenção - Os itens elencados no presente Estudo Técnico Preliminar são isentos de manutenção;

b) Assistência técnica - Os itens elencados no presente Estudo Técnico Preliminar são isentos de assistência técnica pois itens de consumo, geralmente descartáveis após utilização;

7.2 Em se tratando da modalidade pregão eletrônico, esta prevê a ampla divulgação da licitação, proporcionando aos interessados a oportunidade de participarem da disputa. Além disso, acerca dos valores a serem pagos, a ampla concorrência e a disputa de lances promovida no pregão eletrônico visa a obtenção da melhor oferta.

7.3 Por fim, a utilização do Sistema de Registro de Preços pressupõe que o licitante vencedor assuma o compromisso de manter o preço inalterado por um período pré-estabelecido, de acordo com as condições e quantidade estabelecidas no Edital, e a Administração pode adquirir os itens de forma parcelada de acordo com a sua demanda durante todo o período de vigência das atas de registro de preços.

7.4 Demonstra-se, portanto, que a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido é a "Aquisição de Materiais Gerais de Uso Hospitalar utilizados no atendimento aos pacientes no Hospital Municipal São José e unidades de saúde da Secretaria da Saúde de Joinville/SC, por Sistema de Registro de Preços".

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 O parcelamento da aquisição é tecnicamente e economicamente viável, não causam perda de escala, tem melhor aproveitamento de mercado e ampliação da competitividade, podem ser fracionados sem alteração na sua substância, ou prejuízo do uso a que se destinam.

8.2 Não há justificativa técnica para o agrupamento dos itens.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se manter disponível o estoque de materiais necessários ao atendimento das necessidades assistenciais da Secretaria da Saúde e Hospital Municipal São José.

9.2 Quanto ao aproveitamento dos recursos envolvidos, foi analisado os seguintes pontos:

a) Aproveitamento dos recursos humanos: O aproveitamento dos recursos humanos é um aspecto fundamental da gestão de uma organização, seja ela pública ou privada. Isso envolve a utilização eficaz e eficiente das habilidades, conhecimentos, experiência e capacidades dos colaboradores para alcançar os objetivos da organização, no caso garantir que os profissionais utilizem insumos hospitalares corretamente ajuda a evitar erros e retrabalho. Quando os funcionários não precisam corrigir problemas causados pela má utilização ou falta de insumos, eles podem gastar mais tempo em tarefas essenciais de atendimento ao paciente.

b) Aproveitamento dos recursos materiais: Garantir recursos materiais é uma parte essencial da gestão eficaz de uma organização, seja ela uma empresa, uma instituição pública, uma ONG ou qualquer outro tipo de entidade. Os recursos materiais referem-se aos ativos tangíveis que uma organização utiliza para operar e atingir seus objetivos, nesse caso garantir disponível o estoque de materiais necessários ao atendimento das necessidades assistenciais da Secretaria da Saúde e Hospital Municipal São José.

c) Aproveitamento dos recursos financeiros: O aproveitamento eficaz dos recursos financeiros é crucial para o sucesso e a sustentabilidade de qualquer organização, seja ela uma empresa, uma instituição sem fins lucrativos ou uma entidade governamental. Gerenciar os recursos financeiros de forma eficaz envolve tomar decisões sábias sobre como adquirir, alocar, investir e monitorar o dinheiro disponível, nesse caso a aquisição do material foi analisada de forma a evitar maiores prejuízo ao atendimento do usuário, dos profissionais que ficam expostos a erros no atendimento. O uso adequado de insumos, nesse caso dos materiais médicos, pode resultar em economia financeira significativa para a instituição de saúde, à medida que reduz os custos associados à desperdícios de outros materiais, compras desnecessárias, manutenção de estoques excessivos e de internações desnecessárias.

9.3 A ausência dos materiais pode trazer graves consequências no atendimento consequentemente aos usuários, resultando em internações desnecessárias. Assim como, poderá trazer prejuízos à Administração, tanto técnicos como econômicos.

9.4 A utilização correta de insumos hospitalares não apenas melhora a eficiência e a qualidade do atendimento, mas também contribui para a satisfação da equipe e a gestão financeira eficaz. Ela desempenha um papel fundamental na otimização dos recursos humanos em ambientes de cuidados de saúde.

9.5 Desta forma, resta claro que a presente contratação é de extrema relevância ao município, tanto em termos de economicidade, como na melhoria no aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, a Secretaria da Saúde e Hospital Municipal São José possuem servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do produto a serem adquiridos, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

10.2 Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Para os itens presentes neste processo, existem as ATA's vigentes decorrentes do Pregão Eletrônico nº 012/2025 (24.0.279266-8), todavia, estas venceram em março de 2026.

11.2 Não tramitaram nesta unidade e não foram identificadas, qualquer informação referente a existência de eventual Ata de Registro de Preços dos Consórcios (CINCATARINA, CISNORDESTE e CIM-AMUNESC).

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Analisados os seguintes pontos:

- a)** Consumo de Energia Elevado: Não se aplica
- b)** Emissões de Gases Poluentes: Não se aplica
- c)** Uso de Recursos Naturais Limitados: Não se aplica
- d)** Produção de Resíduos: Os resíduos descartados em sacos de lixo hospitalar ou comum, o descarte já segue as regras ambientais vigentes adotadas pela Secretaria de Saúde e Hospital.
- e)** Logística Reversa: Considerando que já existe empresa prestadora de serviço para recolhimento dos resíduos pós utilização, não se faz necessário a logística reversa.
- f)** Reciclagem de Bens e Refugos: Não se aplica

12.2 Desta forma, após análise, não se vislumbra impacto ambiental de impacto para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

- a)** identificação de riscos - para a presente contratação, pelas análises realizadas e o histórico de contratações, constatarem-se os seguintes riscos:

Itens desertos e fracassados.

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência a falta do material na instituição.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo à ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Alto.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de mitigar realizando uma ampla pesquisa de preços e uma análise minuciosa comparando a média encontrada com o último valor praticado na instituição, a fim de, evitar que a média definida seja o fator que influencie para que o item deserte/ fracasse no processo.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

14.1 Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende que para atender a necessidade de atender de forma eficiente e eficaz os pacientes que necessitam de diversos tratamentos, descrita no item 1- Necessidade da Contratação, é viável a "Aquisição de Materiais Gerais de Uso Hospitalar utilizados no atendimento aos pacientes no Hospital Municipal São José e unidades de saúde da Secretaria da Saúde de Joinville/SC, por

Sistema de Registro de Preços.", vez que se mostrou tecnicamente a solução mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

Do ponto de vista técnico, conclui-se que por se tratar de item comum, cuja demanda é contínua e perene, bem como, cuja interrupção pode causar prejuízos aos pacientes essa aquisição é a melhor solução.

Outro ponto relevante a ser considerado é a economicidade que a Aquisição de Materiais Gerais de Uso Hospitalar utilizados no atendimento aos pacientes no Hospital Municipal São José e unidades de saúde da Secretaria da Saúde de Joinville/SC, por Sistema de Registro de Preços trará à Administração a longo prazo, visto que em se tratando da modalidade pregão eletrônico, esta prevê a ampla divulgação da licitação, proporcionando aos interessados a oportunidade de participarem da disputa. Além disso, acerca dos valores a serem pagos, a ampla concorrência e a disputa de lances promovida no pregão eletrônico visa a obtenção da melhor oferta. Por fim, a utilização do Sistema de Registro de Preços pressupõe que o licitante vencedor assuma o compromisso de manter o preço inalterado por um período pré-estabelecido, de acordo com as condições e quantidade estabelecidas no Edital, e a Administração pode adquirir os itens de forma parcelada de acordo com a sua demanda durante todo o período de vigência das atas de registro de preços.

Desta forma, conclui-se que a solução definida no presente estudo atende ao interesse público, trazendo economicidade à Administração e promovendo o atendimento adequado aos pacientes, resultando em maior eficiência nos serviços prestados à população assistida nas unidades que serão contempladas com os materiais em questão.

ANEXO VIII
MODELO DE ENTREGA DE AMOSTRAS
PREGÃO N° 201/2026

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR:

Razão Social/Nome:

Endereço:

CNPJ/CPF/MF:

Ao

Setor de Padronização de Materiais da Secretaria Municipal da Saúde

Local e data

Item(ns)	Especificação (Nome do item)	Und	Quantidade	Marca	Lote

*Quantidade entregue (amostras)

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome:

CPF:

Cargo/Função:

Assinatura/Carimbo



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristina Bello, Diretor (a) Executivo (a)**, em 22/06/2026, às 14:48, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **29901078** e o código CRC **0EE8B48D**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguacu - CEP 89221-005 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

26.0.087621-3

29901078v4